



24 DE SETEMBRO DE 2015

Quinta-feira

- TITÃS DO MINÉRIO DE FERRO TIRAM PEQUENOS CONCORRENTES DO MERCADO
- ABATIDA POR UM ESCÂNDALO GLOBAL, VOLKS PROCURA NOVO LÍDER EXECUTIVO
- VW PODE REPRESENTAR RISCO MAIOR PARA A ECONOMIA ALEMÃ QUE CRISE GREGA
- BRASIL ESVAZIA CARTEIRA DE MULTINACIONAIS E PREOCUPA MAIS QUE A CHINA
- CUSTO DE CAPTAÇÃO EM ALTA É OUTRA AMEAÇA A MERCADOS EMERGENTES
- DÓLAR E JURO FUTURO DISPARAM PELO 2º DIA E AMEAÇAM EMPRESAS
- ARTIGO: RAZÕES PARA DERRUBAR A CPMF
- STF ABRE BRECHA PARA TIRAR A LAVA JATO DAS MÃOS DO JUIZ SERGIO MORO
- ACÇÕES E INVESTIGAÇÕES AMEAÇADAS
- A NECESSIDADE DE AMADURECER AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL
- O CRESCIMENTO DO MERCADO BRASILEIRO DE SEGUROS: REFLEXOS ECONÔMICOS E JURÍDICOS
- TRABALHADORES DOS CORREIOS NO PARANÁ DECIDEM ADESÃO À GREVE NESTA QUINTA (24)
- JURO DO CARTÃO DE CRÉDITO PASSA DE 400% AO ANO; DO CHEQUE VAI 253%
- SERVIDORES DO INSS MANTÊM GREVE NO PARANÁ
- COM PLACAR APERTADO, ASSEMBLEIA DO RS APROVA PROPOSTAS QUE AUMENTAM ICMS
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR RECUA E VAI AO MENOR NÍVEL HISTÓRICO PELA 3ª VEZ SEGUIDA, DIZ FGV
- CSN DIZ EXPOSIÇÃO A DÍVIDA EM DÓLAR ESTÁ TOTALMENTE PROTEGIDA
- VOLKSWAGEN INICIARÁ DEMISSÕES SOBRE ESCÂNDALO DE EMISSÕES DE POLUENTES, DIZEM FONTES

- **BMW NEGA RELATÓRIO SOBRE MANIPULAÇÃO EM EMISSÕES DE POLUENTES**
- **ENGENHARIAS PREPARAM VEÍCULO DE 2050**
- **APÓS ESCÂNDALO DA VW, EUROPA QUER MAIS RIGOR EM LEIS DE EMISSÃO**
- **CADEIA PRODUTIVA ENTRA EM "MODO DE SOBREVIVÊNCIA"**
- **NAVISTAR ANUNCIA NOVA DIRETORA FINANCEIRA**
- **DÉFICIT NA BALANÇA DE AUTOPEÇAS VAI A US\$ 4,3 BI**
- **DÍVIDA DE EMPRESAS SOBE R\$ 57 BILHÕES EM MENOS DE QUATRO MESES. A CRISE DE DILMA NÃO TEM FIM**
- **BANCO CENTRAL PIORA DE 1,1% PARA 2,7% ESTIMATIVA DE CONTRAÇÃO DA ECONOMIA**
- **VOITH TURBO PASSA A OFERECER SERVIÇOS INÉDITOS NO BRASIL PARA O SETOR FERROVIÁRIO**
- **SCHUNK PARTICIPA DA MERCOPAR 2015 E LEVA NOVIDADES PARA O RS**
- **ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA ENTRAM COM PROCESSOS COLETIVOS CONTRA A VOLKSWAGEN**
- **RENDIMENTO DO TRABALHADOR TEM PERDA DE 3,5% NO PODER DE COMPRA EM UM ANO**
- **EMPRESÁRIOS PEDEM APOIO A CUNHA PARA IMPEDIR AUMENTO DE CARGA TRIBUTÁRIA**
- **PEDIDO DE VISTA ADIA VOTAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE O PPE**
- **MOODY'S REBAIXA RATING DA PARANAPANEMA DE BA3 PARA B1**
- **AGENDA BRASIL APROVA PROJETO DE ESTÍMULO À EXPORTAÇÃO**
- **GERDAU DESENVOLVE AÇO 20% MAIS RESISTENTE A TEMPERATURA E PRESSÃO**
- **VOLKSWAGEN NEGOCIA ADESÃO AO PLANO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO EM TAUBATÉ**

CÂMBIO EM 24/09/2015		
	Compra	Venda
Dólar	4,197	4,198
Euro	4,729	4,730

Fonte: BACEN

Titãs do minério de ferro tiram pequenos concorrentes do mercado

24/09/2015 – Fonte: The Wall Street Journal



As grandes mineradoras estão intensificando seu controle no mercado de minério de ferro.

À medida que gigantes do setor, como Rio Tinto PLC e BHP Billiton Ltd., extraem e exportam ainda mais o ingrediente necessário para a produção de aço, o excesso de oferta tem derrubado os preços mundialmente, pressionando pequenos produtores e aumentando as já enormes fatias de mercado dessas firmas.

As quatro maiores empresas produtoras de minério de ferro — Rio Tinto, BHP, Vale SA e a australiana Fortescue Metals Group Ltd. — responderam por 71% da venda mundial de minério de ferro em 2014, acima da média de 65% registrada entre 2009 e 2013, segundo estimativas do Citigroup Inc. O banco agora prevê que a participação de mercado conjunta das quatro empresas suba para 80% até 2018.

E não há sinais de que elas estejam prontas para recuar.

A BHP afirmou ontem que sua produção de minério de ferro subiu 14%, atingindo um recorde de 233 milhões de toneladas no ano fiscal encerrado em junho. A BHP prevê outro aumento de 6% no atual ano fiscal.

Na semana passada, a Rio Tinto informou que ainda planeja ampliar a produção de Pilbara, uma mina importante situada na região da Austrália Ocidental, para 360 milhões de toneladas nos próximos dois anos, ante os 280 milhões de toneladas do ano passado. A Vale, enquanto isso, espera produzir 450 milhões de toneladas até 2018, mais de 30% acima da produção de 2014.

Para as titãs do setor, esse cenário soa como um “*déjà vu*”. Antes do começo dos anos 2000, os preços baixos e os altos custos dos investimentos faziam com que a indústria fosse dominada por apenas um punhado de grandes produtores.

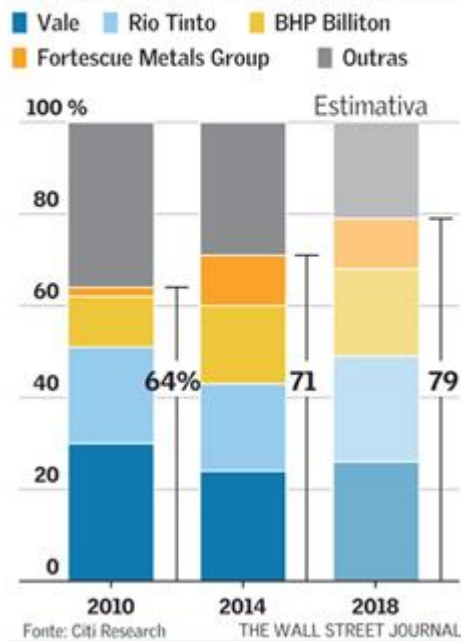
De 1980 a 2005, os exportadores de minério de ferro da Austrália conseguiam uma média de US\$ 30 a tonelada (em dólares pela cotação atual), segundo a BHP. Depois disso, o crescimento vertiginoso da China levou a demanda e os preços para níveis estelares, atraindo novos fornecedores.

O domínio dos maiores produtores arrefeceu, enquanto os preços subiram, atingindo o pico de US\$ 190 a tonelada em 2011.

Agora que a demanda da China vem caindo, os preços recuaram para US\$ 52 a tonelada, próximo do seu menor nível em dez anos. Mais uma vez, os maiores do mercado apostam em produzir o máximo possível mesmo com os preços baixos, em vez de extrair menos minério de ferro para tentar fortalecer os preços com uma redução na oferta.

Punho de aço

As maiores empresas produtoras de minério de ferro têm ampliado sua participação nas exportações globais



Os custos operacionais para as grandes produtoras são baixos o bastante para que consigam manter uma margem razoável em cada tonelada vendida, apesar dos preços baixos, graças às economias de escala.

Elas também não querem ceder nenhuma participação de mercado para as rivais ao reduzir a produção. Além disso, as regras contra cartéis as impedem de usar sua posição oligárquica para coordenar uma restrição na oferta.

Mas investidores e analistas têm se tornado mais críticos. A BHP divulgou queda de 35% no lucro das suas operações com minério de ferro nos seis meses encerrados em dezembro em relação a um ano antes. Ela divulgará os resultados do ano todo no próximo mês.

Tanto a BHP quanto a Rio Tinto estão registrando os menores níveis de retorno sobre o patrimônio desde os anos 80, de acordo com estimativa recente do Citi, com suas ações sendo negociadas perto dos menores níveis dos últimos seis anos.

“Provavelmente, é hora para o oligopólio começar a reconsiderar sua abordagem orientada para a oferta”, diz Ben Lyons, gestor de portfólio da ATI Asset Management, em Sydney.

O debate se acirrou em maio, quando concorrentes menores, pressionados pela derrocada dos preços, pediram ao governo australiano para promover um inquérito parlamentar sobre o implacável aumento da produção da indústria. O governo rejeitou o pedido.

Entre os críticos da BHP e da Rio Tinto estão as mineradoras americanas Cliffs Natural Resources Inc. e Fortescue — elas próprias também aumentaram fortemente sua produção nos últimos anos, mas enfrentam dificuldades diante de enormes dívidas e custos mais altos que das concorrentes australianas.

Outras grandes empresas internacionais também estão com problemas. A Anglo American PLC, a quinta maior mineradora diversificada do mundo em valor de mercado, informou que deve realizar uma baixa contábil de até US\$ 4 bilhões em ativos neste ano, a maior

parte relacionada ao projeto brasileiro de minério de ferro Minas-Rio, onde a empresa já investiu US\$ 8,8 bilhões.

Tanto a Rio Tinto quanto a BHP afirmam que suas expansões, planejadas há anos, são de interesse dos acionistas. E qualquer alteração exigiria uma enorme virada por parte dos executivos.

“Nós vemos valor em reduzir o nosso volume com a meta de aumentar o preço? A resposta para isso é absolutamente não”, disse em março Jimmy Wilson, líder dos negócios de minério de ferro da BHP. “Se reduzirmos o volume, ele será preenchido por outras empresas. No fim do dia, estaremos penalizando, em essência, nossos acionistas.”

Espera-se que os produtores menores acabem saindo do mercado. A queda dos preços já provocou o fechamento de algumas mineradoras privadas na China, onde os custos de produção estão entre os mais altos do mundo.

“Nós acreditamos que outras mineradoras com custos mais altos continuem a cortar capacidade em resposta aos preços baixos”, diz o analista Christopher LaFemina, da Jefferies.

Na Austrália, pequenos produtores outrora prósperos agora buscam um futuro em qualquer outra área. A Gindalbie Metals Ltda., por exemplo, está disputando um contrato do governo australiano para cuidar de resíduos nucleares nas terras que possui, enquanto a Mount Gibson Iron Ltd. está considerando opções para uma base logística no local de sua mina.

Analistas dizem, porém, que cortes maiores serão necessários para estimular uma alta nos preços.

Os analistas do Citi dizem que não esperam que o “a estrutura oligárquica do mercado” de minério de ferro consiga impedir que os preços caiam abaixo de US\$ 40 toneladas neste ano.

Abatida por um escândalo global, Volks procura novo líder executivo

24/09/2015 – Fonte: The Wall Street Journal



O diretor-presidente da Volkswagen AG, Martin Winterkorn, renunciou ao cargo sob pressão ontem, no primeiro sinal claro de que a montadora alemã está agindo agressivamente para superar um escândalo em torno de testes de emissões de veículos.

A demissão de Winterkorn ocorre depois de dias calamitosos que se seguiram às revelações da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA), feitas na sexta-feira, de que a empresa usou o software instalado em alguns carros com motor a diesel da própria marca Volks e de sua subsidiária Audi para manipular testes rotineiros de emissões de gases.

Na terça-feira, Winterkorn declarou que até 11 milhões de carros foram afetados e seriam possivelmente sujeitos a um recall global. A empresa divulgou um alerta de lucro e informou que tinha provisionado 6,5 bilhões de euros (US\$ 7,27 bilhões) para cobrir os custos resultantes do problema.

Num comunicado divulgado ontem, após uma reunião da qual participaram os principais acionistas e líderes trabalhistas da Volkswagen, Winterkorn disse que "aceitaria a responsabilidade" pelas "irregularidades que foram encontradas nos motores a diesel" e que apresentou seu pedido de demissão ao conselho supervisor da empresa.

"Estou chocado com os eventos dos últimos dias", disse ele. "Acima de tudo, estou pasmo que irregularidades desta escala tenham sido possíveis no grupo Volkswagen."

O comitê executivo do conselho supervisor agradeceu a Winterkorn publicamente por suas contribuições à empresa e informou que o diretor-presidente "não tinha conhecimento da manipulação dos dados de emissões".

O comitê informou ainda que planeja processar funcionários da Volks envolvidos no caso e que fará uma investigação especial para descobrir o que aconteceu e quem foi o responsável.

O subcomitê do conselho informou que apresentaria os nomes dos candidatos a substituir Winterkorn durante a reunião do conselho supervisor marcada para amanhã, mas não mencionou nenhum nome.

Dois executivos de destaque da Volkswagen que figuram em muitas listas são Herbert Diess e Matthias Müller.

Diess, um ex-executivo da BMW AG, entrou na Volkswagen em julho depois de ter sido preterido para o posto de diretor-presidente da fabricante de carros de luxo. Ele comanda a marca Volkswagen, a principal do grupo.

A escolha de Diess seria uma indicação que os acionistas da empresa estão optando por um recomeço ao ascender um executivo de fora conhecido por cortar custos.

Alguns analistas observam, entretanto, que a Volkswagen nunca se deu bem com executivos de fora. Para ser bem-sucedido na famigerada cultura clubista da empresa, é preciso ter boas conexões na matriz e encontrar um equilíbrio entre aumentar margens de lucros e manter relações próximas com os líderes trabalhistas.

Outros analistas acreditam que essa cultura insular torna mais provável a escolha de Müller, diretor-presidente da fabricante de carros esportivos Porsche, que também pertence ao grupo.

Müller tem raízes profundas na Volkswagen e um bom relacionamento com as famílias Porsche e Piech, controladoras da empresa.

Ele também é bastante respeitado nos círculos financeiros. "Acreditamos que os acionistas receberiam bem [a escolha de Müller]", diz Arndt Ellinghorst, analista do setor automotivo na consultoria Evercore ISI.

Quem quer que seja o novo diretor-presidente, terá que deixar em segundo plano o trabalho de elevar margens de lucro para reconstruir uma marca gravemente atingida pelo escândalo, um processo que pode levar anos. A empresa já perdeu quase 32% de seu valor de mercado desde sexta-feira.

A Volkswagen pode ser multada em mais de US\$ 18 bilhões pela EPA, embora analistas digam que uma soma tão alta seja improvável.

O Departamento de Justiça dos EUA abriu uma investigação criminal que pode, em breve, gerar indiciamentos de executivos da montadora, dizem analistas.

A crise também está se espalhando para outros lugares, à medida que autoridades na Europa e na Ásia começam a investigar o caso, e investidores e consumidores insatisfeitos entram na Justiça em busca de indenizações.

A urgência de reparar os danos causados pela crise vai além do bem-estar dos acionistas ou mesmo dos 600 mil funcionários que a empresa tem no mundo todo.

A Volkswagen é a maior empresa da Alemanha, um país onde um em cada sete empregos é ligado à indústria automobilística, que é orientada para a exportação. A empresa fechou 2014 com uma receita anual de quase 203 bilhões de euros (US\$ 227 bilhões).

Os danos à Volkswagen podem significar um golpe doloroso para a economia da Alemanha como um todo. Por isso, alguns políticos do país, embora irritados com a má conduta da empresa nos EUA, dizem que a montadora está sendo perseguida pelas autoridades americanas.

“Não é coincidência que essas discussões tenham surgido agora”, diz Oliver Wittke, um parlamentar da ala conservadora. “Os interesses econômicos dos EUA também estão em jogo.” De acordo com as regras alemãs de governança corporativa em dois níveis, o conselho supervisor está acima do conselho de gestão executiva, mas não administra o dia a dia da empresa.

Um subcomitê do conselho supervisor formado por cinco pessoas, incluindo os maiores acionistas e representantes sindicais, reuniu-se em Wolfsburg, sede da Volkswagen, para discutir o escândalo dos testes de emissões.

O comitê inclui Wolfgang Porsche, neto de Ferdinand Porsche, o inventor do Fusca. As famílias Porsche e Piech controlam cerca de 51% das ações da Volkswagen com direito a voto e o governo do Estado alemão da Baixa Saxônia, o segundo maior acionista do grupo, detém 20%.

Ainda não ficou claro quem, na Volkswagen, foi responsável pelo esquema de burlar os testes da EPA. A empresa afirma que fará sua própria investigação e que vai recorrer a especialistas externos.

A renúncia de Winterkorn põe um fim amargo à sua longa carreira na montadora. Ele foi contratado em 1981 pela Audi como assistente do diretor de qualidade. Apegado aos detalhes, ele se tornou conhecido por sua obsessão com a qualidade dos veículos.

Agora, diz ele, chegou a hora de deixar a empresa. “A Volkswagen precisa de um recomeço”, disse. “A Volkswagen foi e sempre será a minha vida.” Ele se tornou diretor-presidente em 2007 e comandou a empresa num período de expansão sem paralelos. Ele queria tornar a Volkswagen a maior, mais lucrativa e melhor administrada montadora do mundo, superando a Toyota Motor Corp. em vendas anuais.

No primeiro semestre, de fato, a Volks vendeu mais carros que a rival. Mas os lucros estão caindo à medida que custos mais altos prejudicam as margens e as vendas recuam em mercados como China e EUA.

VW pode representar risco maior para a economia alemã que crise grega

24/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O escândalo de fraude em testes de emissões de poluentes que envolveu veículos da Volkswagen nos Estados Unidos abalou o establishment corporativo e político da Alemanha. E analistas alertam que a crise na montadora pode evoluir para uma ameaça à maior economia da Europa.

A Volkswagen é a maior fabricante de automóveis do país e um dos seus maiores empregadores, com mais de 270 mil funcionários diretos, sem contar os postos de trabalho nas empresas fornecedoras.

O presidente-executivo da Volkswagen, Martin Winterkorn, pagou o preço pelo escândalo sobre os testes manipulados de emissão de poluentes ao renunciar nesta quarta-feira, e agora os economistas estão avaliando o impacto sobre a até agora saudável economia alemã.

“De repente, a Volkswagen tornou-se um risco para a economia alemã maior do que a crise da dívida grega”, disse à Reuters o economista-chefe do ING, Carsten Brzeski.

“Se as vendas da Volkswagen na América do Norte afundarem nos próximos meses, isso causará um impacto não somente para a empresa, mas para a economia alemã como um todo”, acrescentou.

A Volkswagen vendeu quase 600 mil automóveis nos EUA no ano passado, cerca de 6% das 9,5 milhões de unidades vendidas globalmente.

A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) disse que a companhia pode ser multada em até US\$ 18 bilhões, mais do que todo seu lucro operacional do ano passado.

Empregos ameaçados

Embora a multa possa ser coberta com os 21 bilhões de euros (US\$ 24 bilhões) que a companhia tem em caixa, o escândalo tem gerado temores de grandes cortes de empregos.

A preocupação mais ampla para o governo alemão é que outras montadoras como a Daimler e BMW possam sofrer consequências da catástrofe da Volkswagen. Não há nenhuma indicação de má conduta por parte das duas empresas e alguns analistas dizem que um impacto maior seria limitado.

O governo alemão disse nesta quarta que a indústria automotiva permanece um “pilar importante” para a economia, apesar do agravamento da crise em torno Volkswagen.

Mas analistas alertam que é exatamente essa dependência do setor automotivo que pode gerar uma ameaça para uma economia, que deve crescer 1,8% este ano. A Alemanha já está tendo que enfrentar a desaceleração da economia chinesa.

“Se as vendas de automóveis caírem, os fornecedores também seriam afetados e com eles toda a economia”, disse à Reuters o especialista do setor automotivo do instituto DIW, Martin Gornig. Em 2014, cerca de 775 mil pessoas trabalhavam no setor automotivo alemão -- quase 2% de toda a força de trabalho do país.

Além disso, automóveis e autopeça são os produtos de exportação de maior sucesso da Alemanha. O setor exportou no ano passado US\$ 225 bilhões, sendo responsável por quase um quinto do total das exportações alemãs. “É por isso que este escândalo não é uma ninharia. A economia alemã foi atingida na sua essência”, disse Michael Huether, chefe do instituto econômico IW da Alemanha.

Brasil esvazia carteira de multinacionais e preocupa mais que a China

24/09/2015 – Fonte: The Wall Street Journal

Quando muitas multinacionais fecharem o balanço financeiro do terceiro trimestre nas próximas semanas, seus departamentos de finanças devem enfrentar uma dura realidade: as operações de muitas delas no Brasil terão os piores resultados em mais de dez anos.

A fabricante de dispositivos médicos Medtronic PLC está mais preocupada com a turbulência política e econômica do Brasil, a oitava maior economia mundial, que com a piora da desaceleração chinesa. Já a empresa química FMC Corp. está reduzindo "agressivamente" suas operações brasileiras.

A fabricante alemã de peças automotivas Continental AG afirma que a queda nas vendas de carros, os impostos onerosos e um crescente fardo regulatório tornam os negócios mais difíceis em uma região que é grande demais para a empresa considerar uma saída.

"Nós reconhecemos que o custo de fazer negócios no Brasil deve permanecer elevado muito provavelmente além do período de 2015 e 2016", disse o diretor financeiro da FMC, Paul Graves, aos investidores em uma teleconferência este mês.

A classificação do crédito do Brasil, que se manteve no grau de investimento por sete anos, está novamente de volta ao território de alto risco (ou "junk"). Além disso, o real está historicamente fraco, a economia está em recessão e a inflação elevada.

Em muitos casos, isso significa que o dinheiro que as empresas investiram no que costumava ser um mercado emergente altamente desejado não está mais dando retorno. A pressão em todas as frentes está levando as empresas a repensarem suas operações.

Para Daniel Blumen, sócio fundador da consultoria Treasury Alliance Group LLC, saber se há um número suficiente de brasileiros que se lembram da hiperinflação nas décadas de 80 e início de 90 "dispostos a voltar a ela" deve determinar a resposta do governo para a atual crise econômica do país.

O orçamento federal de 2016, que foi anunciado este mês e precisa de aprovação do Congresso, pede a ressurreição do polêmico imposto sobre transações financeiras, a CPMF. Ele seria usado para reduzir o déficit orçamentário do país ao impor uma tarifa de 0,2% sobre transações como câmbio e transferências.

O governo espera arrecadar cerca de US\$ 8,4 bilhões por ano com o imposto, que acompanha o fim de uma série de subsídios fiscais corporativos. O ministro da Fazenda do Brasil, Joaquim Levy, diz que a CPMF será temporária e ficará em vigor no máximo por quatro anos.

A FMC informou que vem reduzindo sua receita no Brasil ao excluir clientes menos lucrativos e reduzir as operações para cortar custos. A empresa aumentou seus esforços para cobrar dívidas, especialmente aquelas em reais, e já baixou para 35% do total os recebíveis na moeda brasileira. Nos primeiros oito meses do ano, o dinheiro que a empresa arrecadou dessa forma foi equivalente a 150% das vendas.

Os olhos de muitos executivos estão treinados para avaliar a resistência econômica da China, mas os problemas brasileiros são comparáveis ou até mais preocupantes para os negócios.

"Se existe um país que eu diria que está me deixando nervoso, não é a China, provavelmente é o Brasil", diz o diretor financeiro da Medtronic, Gary Ellis.

De fato, mais de 20% das empresas do S&P 500 citaram o desempenho do Brasil durante suas teleconferências mais recentes.

O Brasil é o maior mercado da Avon Products Inc., responsável por quase US\$ 1,9 bilhão das vendas da empresa de cosméticos no ano passado, quase o dobro de suas vendas nos Estados Unidos. Para a fabricante de tintas Sherwin-Williams Co., o país é o segundo maior mercado em volume depois dos EUA.

Além dos problemas econômicos do Brasil, o escândalo de corrupção na gigante estatal Petróleo Brasileiro SA, a Petrobras, elevou a vigilância do governo e dos bancos sobre qualquer transação financeira que retire dinheiro do país.

A Sherwin-Williams está “vendo o escândalo da Petrobras se espalhando por todo o país”, diz o diretor financeiro Sean Hennessy, e esses problemas brasileiros estão prejudicando as operações da empresa na Ásia, porque a Petrobras usa revestimentos da Sherwin-Williams produzidos lá em alguns de seus produtos.

Para certas empresas, simplesmente investir o excesso de lucro do Brasil em outro lugar do mundo é um problema. “Você não pode mais tirar o dinheiro do Brasil”, diz o diretor financeiro da Continental, Wolfgang Schäfer.

As empresas têm que pagar impostos sobre o dinheiro que sai, diz ele, e os bancos e os reguladores exigem muita documentação para justificar o motivo do dinheiro deixar o país.

Apesar de todas as dificuldades, o Brasil, como a China, ainda oferece grandes oportunidades de crescimento, e muitas empresas se sentem compelidas a ficar. “É um mercado que está produzindo cerca de três milhões de carros [por ano] no momento”, diz Schäfer. “Nós temos que estar lá, então, no fim, nós não estamos investindo menos, mas [esse clima] torna os negócios mais difíceis.”

É certo que nem todas as empresas foram afetadas. A seguradora Prudential Financial Inc. informou que, fora do Japão, onde ela também está crescendo, o aumento de US\$ 14 milhões no segundo trimestre em relação a um ano antes nas vendas de seguro de vida veio basicamente do Brasil. A empresa de saúde animal Zoetis Inc. também informou que o fornecimento para o setor de gado bovino do Brasil foi forte no trimestre encerrado em junho.

Já empresas como a abatida Avon têm poucas opções a não ser permanecer. Em uma teleconferência de resultados em junho, o diretor financeiro da Avon, James Scully, disse que a receita do segundo trimestre da empresa no Brasil — antes dos efeitos negativos da conversão cambial — caiu 6% ante o mesmo período de 2014. O país elevou seus impostos sobre os cosméticos em junho, o que foi responsável por 70% da queda.

O Brasil é conhecido como uma jurisdição fiscal severa. O Banco Mundial informa que leva para os preparadores de impostos corporativos brasileiros 2.600 horas todos os anos para navegar por suas exigências, ante 261 horas na China e 175 tanto nos EUA quanto na média das grandes economias dos países desenvolvidos.

Em um estudo sobre competitividade global do Fórum Econômico Mundial, o Brasil está em 139o lugar entre os 143 países na questão de efetividade das políticas fiscais de incentivo a investimentos.

“O Brasil está obviamente desafiador”, diz uma porta-voz da Avon, “mas estamos comprometidos com o longo prazo”. A Avon vai fornecer mais detalhes do desempenho no Brasil na divulgação dos resultados trimestrais em outubro.

Custo de captação em alta é outra ameaça a mercados emergentes

24/09/2015 – Fonte: The Wall Street Journal

Os custos de captação nos mercados emergentes estão subindo, o que é mais um golpe em economias já atingidas pela desaceleração do crescimento, queda nas exportações e um alto nível de dívidas.

O aumento do custo surge em um momento delicado. Os rendimentos dos títulos de dívida devem crescer ainda mais se o Federal Reserve, o banco central americano, elevar os juros nos próximos meses, como esperado. Isso significa que as condições de financiamento doméstico e nos mercados internacionais irão apertar num momento em que o crescimento perde força.

“Os custos mais altos dos empréstimos representam um aperto nas condições de crédito que geralmente enfraquece as perspectivas de crescimento”, diz Alex Wolf, economista da gestora de recursos Standard Life Investments. “Nos mercados emergentes, muitos países ainda precisam reduzir os custos de empréstimos e relaxar as condições de crédito” para o crescimento se recuperar.

O rendimento dos títulos de cinco anos do governo brasileiro subiu 6,5 pontos percentuais, para 15% ao ano nos últimos dois anos, enquanto o dos papéis equivalentes da África do Sul avançou 2,2 pontos percentuais, para 8%. (O rendimento sobe quando o preço dos papéis cai e vice-versa.)

Os empréstimos são normalmente precificados com um prêmio, ou margem, acima da taxa interbancária referencial de Londres (Libor), que são os juros que os bancos usam para emprestar uns aos outros. Essa margem, juntamente com a Libor, é a mais alta em anos.

A Libor de seis meses está no seu maior nível nos últimos dois anos em antecipação às condições de financiamento mais apertadas atribuídas ao aumento dos juros pelo Fed, enquanto a margem acima da Libor atingiu uma média de quase 2,4 pontos percentuais para empréstimos sindicalizados feitos neste ano, a maior já registrada, segundo a provedora de dados Dealogic. A margem subiu ligeiramente desde o ano passado.

Apertos de crédito são particularmente mais arriscados neste momento porque muitas economias emergentes dependem de empréstimos nos mercados de dívida para continuar crescendo em meio à crise financeira.

Então, à medida que os juros globais sobem, suas dívidas se tornam mais vulneráveis. A dívida das economias dos mercados emergentes está agora em 167% de seu produto interno bruto, em média, uma alta de 50 pontos percentuais desde o fim de 2007, segundo dados mais recentes do Banco de Compensações Internacionais.

Um dos maiores problemas enfrentados por essas economias é a fraqueza atual das exportações, uma tradicional fonte de crescimento.

Famílias e empresas no Brasil, Turquia e China têm gasto uma parcela maior de sua renda com pagamento de dívidas nos últimos trimestres do que anteriormente, afirmou o Banco de Compensações Internacionais em seu relatório trimestral mais recente.

Investidores estão questionando cada vez mais se os governos desses países podem manter os níveis de investimento, arrecadação de impostos e outras políticas sem correrem o risco de ficar inadimplentes ou pressionar suas finanças.

“Os custos maiores de financiamento são um dreno extra nos orçamentos dos governos”, diz Andrew Colquhoun, diretor de crédito soberano da Fitch Ratings para a região da Ásia e Oceania. Alguns governos já reduziram gastos, o que é um obstáculo a mais ao crescimento.

Na semana passada, o México cortou seus gastos em 221 bilhões de pesos (US\$ 13 bilhões) em sua mais recente proposta de orçamento, depois de já ter realizado cortes de 124 bilhões de pesos este ano, numa tentativa de manter a confiança dos investidores.

No Brasil, o governo anunciou uma série de novas medidas de austeridade com um total de US\$ 17 bilhões em cortes para equilibrar seu orçamento, depois que a agência de classificação de crédito Standard & Poor's rebaixou a classificação do país para abaixo de grau de investimento, uma faixa conhecida como "junk".

A situação já provocou um círculo vicioso. À medida que os juros sobem, as moedas perdem valor e o crescimento desacelera. Mais riscos surgem, o que empurra os juros ainda mais para cima.

"Quanto mais problemas existem, mais caro fica o risco", diz Edward Tong, diretor de dívida privada para a Ásia na Partners Group, uma gestora de investimentos em mercados privados que administra US\$ 47 bilhões.

Poucos analistas esperam uma crise de dívida generalizada nos mercados emergentes porque a maioria dos países conseguiu administrar melhor suas finanças que em épocas anteriores.

Além disso, grande parte de sua dívida está denominada em suas próprias moedas, o que os protege do risco de uma desvalorização cambial.

Mas o endividamento elevado, que já um problema em várias economias emergentes, continua sendo um risco se o crescimento se estagnar.

"A questão principal para [os mercados emergentes] é manter um crescimento nominal suficiente do PIB para tornar o fardo da dívida sustentável", diz Claire Dissaux, diretora de economia e estratégia global da gestora Millennium Global Investments em Londres.

Ela acrescenta que o desafio dos governos é produzir uma desalavancagem ordenada da dívida. "Isso exige a manutenção de um crescimento mínimo para preservar a capacidade das empresas e famílias de pagar suas dívidas."

As condições de empréstimos bancários ficaram mais restritas nas economias emergentes da Ásia e América Latina no segundo trimestre deste ano, segundo a pesquisa trimestral mais recente do Instituto de Finanças Internacionais, que foi divulgada em agosto e cobre 122 bancos em mercados emergentes.

Durante anos, grandes bancos como o Standard Chartered, juntamente com instituições locais cada vez mais agressivas, fizeram empréstimos a juros baixos nos mercados emergentes.

Agora, eles estão voltando atrás à medida que um crescente número de empréstimos começa a pesar em seu balanço financeiro.

Com a desaceleração do crescimento, alguns desses empréstimos estão ficando inadimplentes.

O total de empréstimos inadimplentes na carteira do Standard Chartered subiu para US\$ 1,25 bilhão nos primeiros seis meses deste ano, informou o banco em seu mais recente relatório financeiro. A alta foi liderada por empréstimos a clientes indianos e no setor de commodities.

Empréstimos bancários representam mais de 80% do crédito na China e quase 70% na Índia, segundo dados do Banco de Compensações Internacionais.

Dólar e juro futuro disparam pelo 2º dia e ameaçam empresas

24/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Preocupações com a situação política e econômica do país fizeram disparar por mais um dia o dólar, que atingiu a máxima de R\$ 4,15, e as taxas de juros futuros. Os dois aumentos dificultam a situação de empresas que precisam de financiamento ou estão endividadas em dólar. A preocupação é que, com taxas cada vez mais altas, o crédito “trave”, provocando um efeito dominó.

Pela primeira vez, o contrato mais negociado de DI (taxa que serve como referência para o mercado), com vencimento em janeiro de 2017, ultrapassou 16%. Fechou em 16,47%, ante 15,75% na véspera. O contrato para janeiro de 2021 apontou 16,80%, contra os 16,14% da véspera.

Na tentativa diminuir a pressão sobre títulos públicos, o Tesouro Nacional anunciou para esta quinta (24) operações extraordinárias de compra e venda de títulos pré-fixados (NTN-F).

Lógica do mercado

Segundo analistas, a curva dos juros futuros não significa, necessariamente, que os investidores apostem numa nova alta da taxa básica de juros pelo Banco Central, embora a desvalorização do câmbio eleve os preços de importados e, assim, cause uma nova pressão inflacionária.

Para Ricardo Humberto Rocha, professor de Finanças do Insper, essa pressão nos juros futuros reflete mais movimentos técnicos feitos pelos gestores do que os fundamentos do mercado.

O economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito, diz que investidores temem que a União seja obrigada a socorrer a Petrobras, que tem um alto passivo em dólares. “É um contágio do risco da estatal.”

Outro indicador de percepção de risco, o CDS (espécie de seguro contra calote) para títulos da dívida brasileira de cinco anos voltou a subir e fechou a 481 pontos.

Intervenção

Também influenciado pelas incertezas políticas e fiscais, o dólar comercial fechou em alta de 2,24%, a R\$ 4,145. A disparada da moeda levou o Banco Central a realizar operações que equivalem a venda futura de dólares, para aliviar a pressão por compra da moeda. A demanda pelos contratos, no entanto, foi menor que a oferta.

“O Banco Central não vai conseguir conter a alta do dólar enquanto o mercado não enxergar melhora no quadro econômico e político”, diz Fernando Aldabalde, da gestora Áquilla Asset.

A Bolsa fechou em baixa de 2%. Com o efeito negativo do dólar sobre as contas da Petrobras, as ações preferenciais da estatal caíram 2,15%, para R\$ 6,82, no menor valor desde 6 de agosto de 2003.

Artigo: Razões para derrubar a CPMF

24/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

“A CPMF é um imposto cumulativo, regressivo, inflacionário, tem efeito negativo sobre o crescimento e quem paga é o pobre mesmo.” O diagnóstico, de Delfim Netto, confidente econômico de Lula nos bons tempos, expressa quase um consenso entre os economistas.

Há razões de sobra, no campo estritamente tributário, para o Congresso rejeitar a volta do imposto ruim. Contudo, o motivo principal para a derrubada encontra-se no campo da política.

Primeiro, na campanha eleitoral, Dilma Rousseff prometeu leite e mel: a continuidade da política de expansão fiscal que conduziu o país ao limiar da bancarrota.

Depois, na hora do estelionato eleitoral, acenou com uma breve travessia de austeridade: o ajuste fiscal cirúrgico que seria pilotado pelo mestre dos mestres, um certo Joaquim Levy.

Em seguida, diante do fiasco do ajuste, enviou ao Congresso um atestado de incompetência absoluta: o orçamento deficitário que precipitou a perda do grau de investimento.

No fim da linha, acuada pela espada do impeachment, a presidente lançou-se à aventura da tributação aleatória, tentando ressuscitar o pior dos impostos.

Ela quer o privilégio de tratar os cidadãos como súditos e o conforto de governar sem fazer escolhas.

A democracia tem suas regras. Candidatos que se elegem pelo recurso à mentira são implacavelmente punidos com a perda da legitimidade. A recuperação, sempre improvável, depende de um gesto dramático de reconhecimento do desvio.

No lugar desse gesto, Dilma preferiu apostar num truque barato de ilusionismo, atribuindo a crise a imprevisíveis fatores externos (a conjuntura internacional, a seca) e convocando os serviços de Levy para aplicar um unguento sobre a ferida aberta.

Por alguma razão, ligada à nossa miséria intelectual, obteve ainda período de graça, na forma de apelos empresariais à unidade política em torno do ajuste fiscal, que reverberaram nos editoriais da imprensa. Não podia dar certo, como não deu.

Candidatos que se elegem pelo recurso à mentira são implacavelmente punidos com a perda da legitimidade.

A política econômica não existe no vácuo ideológico, num compartimento sanitizado e regulado exclusivamente pelas leis da lógica.

O giro anunciado pela ascensão de Levy dependia, para funcionar, do reconhecimento explícito do fracasso da “nova matriz econômica” do mandato original – e, portanto, de uma ruptura política completa com o lulopetismo.

A presidente, porém, entregou-se à missão impossível de enganar o país por uma segunda vez, indicando que a Terra Prometida situava-se logo além de túnel circunstancial, cuja travessia, penosa, mas curta, demandava apenas o ajuste fiscal.

No conto infantil que narrou, Levy cuidaria da travessia, enquanto Nelson Barbosa, o verdadeiro teórico da “nova matriz econômica”, aguardaria no banco do passageiro para retomar o volante junto com os primeiros raios de luz.

A nova CPMF nasceu da falência desse projeto, com a finalidade de vendiar os olhos de todos no momento em que o comboio da economia, descontrolado, desce rumo ao precipício.

Levy, o "neoliberal", cumpre a função de tenor no ato final da ópera bufa da "nova matriz econômica". Seu ajuste fiscal, inicialmente apresentado como ato magistral de corte de gastos públicos, revela-se agora, até para os mais néscios, como aquilo que efetivamente sempre foi: uma derrama tributária mal disfarçada pela farsa da reforma ministerial.

Operando como agente do lulopetismo, o superministro do Bradesco pretende cobrar dos cidadãos os custos da irresponsabilidade fiscal de Dilma, de forma a conservar intactos os alicerces da política econômica que fracassou. A nova CPMF, muralha de proteção do passado, serve para resistir à exigência de reformas econômicas estruturais capazes de recompor a produtividade e estimular o investimento privado.

Dilma teve uma oportunidade derradeira em março, quando cerca de 1,5 milhão de brasileiros ocuparam as ruas para decretar o fim das ilusões. Naquela ocasião, ela ainda se salvaria se admitisse que mentiu aos eleitores e, dinamitando as pontes com o PT, organizasse um governo de crise assentado sobre uma nova política econômica.

Mas a presidente optou pela fidelidade ao lulopetismo e, no fim das contas, às suas próprias convicções ideológicas. Ela dobrou a dose da mentira, enredando-se numa teia política cada vez mais intrincada. Hoje, tornou-se refém dos caciques do PMDB, que dançam uma quadrilha em volta da chave do impeachment.

A proposta de restauração da CPMF surge porque o ajuste fiscal é, nos apropriados adjetivos de Delfim Netto, "uma fraude, um truque, uma decepção". A nova CPMF não passa de um prolongamento da agonia de um governo prostrado, impotente para tomar decisões estratégicas.

A derrubada da nova CPMF no Congresso não deve ser vista como uma recusa a encarar a realidade. Dilma foi eleita, em 2010, sobre uma plataforma política erguida no segundo mandato de Lula que se articulava em torno do gasto público, do crédito, do subsídio e do consumo.

A farra fiscal do governo converteu-se em bens eletrônicos e despesas com serviços, investimentos empresariais extravagantes financiados pelo BNDES, moradias populares de baixa qualidade, importações insustentáveis, contas subsidiadas de combustíveis e eletricidade.

O país pagará, inevitavelmente, a fatura das escolhas políticas feitas nas urnas. Não deve, porém, oferecer um cheque em branco à presidente arrogante e impenitente que ainda simula governar.

"Chega de impostos", como se propaga aqui e ali, não é a resposta certa à embriaguez nacional promovida pelo lulopetismo. Uma travessia fiscal será feita, cedo ou tarde, por uma combinação equilibrada de cortes de gastos públicos e aumentos seletivos de impostos.

Contudo, a condição para ela só pode ser a decisão nacional de não repetir a experiência desastrosa do passado recente. O Brasil precisa, finalmente, olhar para a frente. É por esse motivo que os congressistas têm o dever cívico de derrotar a nova CPMF.

(Demétrio Magnoli é sociólogo).

STF abre brecha para tirar a Lava Jato das mãos do juiz Sergio Moro

24/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira (23) “fatiar” um dos desdobramentos da Operação Lava Jato, no qual foram encontrados indícios de participação da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) em fraude no Ministério do Planejamento. Com isso, o caso será formalmente separado das investigações do esquema de corrupção na Petrobras .

Embora seja referente apenas à investigação de Gleisi que corre no STF (devido ao fato de ela ter foro privilegiado), a decisão abre brecha para que todos os casos apurados pela Lava Jato que não estejam diretamente relacionados à Petrobras sejam desmembrados.

Na prática, isso significa que a Polícia Federal (PF) do Paraná e juiz Sergio Moro, responsável pelo caso na primeira instância, poderão deixar a condução das investigações da Lava Jato alheias à estatal de petróleo.

A maioria dos ministros do STF entendeu que a investigação contra Gleisi não deve ficar sob relatoria de Teori Zavascki, responsável pela Lava Jato no Supremo, e de Moro, na primeira instância.

Com a decisão, apurações sobre a petista ficarão com o ministro Dias Toffoli no STF. A parte do caso que envolve o ex-vereador do PT Alexandre Romano, que não tem foro privilegiado, será encaminhada à Justiça de São Paulo.

Vários ramos

Na sessão do Supremo, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu a manutenção da investigação de Gleisi e das fraudes no Planejamento com Zavascki e com Moro. Segundo ele, a Procuradoria analisa uma organização com vários ramos, o que exige a concentração das ações com um mesmo magistrado.

“Existe uma operação de mesma maneira, mesmos atores, mesmos operadores econômicos (...). Não estamos investigando empresas nem delações, mas uma enorme organização criminosa que se espalhou para os braços do setor público”, disse.

Zavascki, no entanto, disse que já existe no Supremo, entre os quase 30 inquéritos abertos a partir da Lava Jato, uma investigação sobre a “organização geral” da corrupção na Petrobras.

Os demais fatos, disse o ministro, são investigados separadamente. “A PGR [Procuradoria-Geral da República], por opção própria, preferiu fatiar essas investigações e ações penais. Solicitou que fossem abertos inquéritos perante o STF sobre fatos específicos”, disse Zavascki.

Votaram com Zavascki os ministros Dias Toffoli , Luiz Edson Fachin, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski. O ministro Luís Roberto Barroso concordou com a redistribuição interna no Supremo do caso de Gleisi, mas defendeu que o STF não determinasse que São Paulo fosse o juízo competente no primeiro grau.

Já os ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello votaram pela permanência do caso de Gleisi com Zavascki e Moro.

Mendes sugeriu que a dispersão dos casos da Lava Jato vai atrapalhar as investigações. "O que se espera é que os processos saiam de Curitiba e não tenham a devida sequência em outros lugares.

É bom que se diga em português claro", afirmou o ministro. "Espalhar processos por Uberaba, São Paulo, Cuiabá certamente estará contribuindo para esse grau de confusão que se quer." Lewandowski rebateu e afirmou que, com a decisão, o Supremo evita possíveis "nulidades" nas investigações.

"Não se está beneficiando quem quer que seja. Pelo contrário, a Corte está afastando eventuais alegações de nulidade no futuro", disse o ministro.

Ações e investigações ameaçadas

24/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Veja quais ações judiciais e investigações referentes à Operação Lava Jato que podem ficar comprometidas:

Ações judiciais

Desvios na Caixa Econômica Federal e no Ministério da Saúde (ação já julgada), bem como lavagem de dinheiro para aquisição de imóvel, que tem como um dos réus o ex-deputado paranaense André Vargas.

Lavagem de dinheiro proveniente de tráfico internacional de drogas (ação já julgada). Caso Labogen, que apura influência política na contratação do laboratório pelo Ministério da Saúde. Financiamento de campanha na Bahia, que tem como réu o ex-deputado Luiz Argôlo (afastado do SD-BA).

Desvios na Eletronuclear, envolvendo contratos da Usina Nuclear Angra 3.

Investigações

Ação política em Fundos de Pensão.

Empréstimos no exterior obtidos por empreiteiras no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A necessidade de amadurecer as relações de trabalho no Brasil

24/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A série histórica de processos da Justiça do Trabalho demonstra que são ajuizadas mais de 2 milhões de novas ações a cada ano (2011: 2.110.718; 2012: 2.244.262; 2013: 2.371.210; 2014: 2.365.547 – processos novos nas Varas do Trabalho).

Os números revelam litigiosidade abundante nas relações entre capital e trabalho no Brasil. Ademais, faz pensar no custo que gera para a sociedade, seja em razão da necessária estrutura do Judiciário Trabalhista, para dar conta da demanda elevada e crescente, seja porque há aí um custo social não expresso em números.

Os dados evidenciam desrespeito da legislação trabalhista no ambiente produtivo brasileiro. É verdade que uma reposta menos especulativa exigiria averiguações mais profundas, como causas e resultados dessas ações trabalhistas.

A falta de um planejamento trabalhista capaz de avaliar e monitorar preventivamente a qualidade e a legalidade das relações de trabalho que as empresas mantêm com seus empregados, contribui com esse número assustador de novas ações trabalhistas a cada ano.

Dessa dificuldade no monitoramento das relações de trabalho decorrem as infrações da legislação, que geram multas administrativas aplicadas pelo Ministério do Trabalho e condenações em processos judiciais perante a Justiça do Trabalho.

As instâncias públicas ligadas às relações de trabalho procuram dar cada vez mais efetividade em sua atuação.

O Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho, na fiscalização da legislação do trabalho e na defesa do interesse público; a Justiça do Trabalho, na aplicação forçada da lei e na reparação dos danos individuais e coletivos causados no âmbito das relações trabalhistas.

Sabe-se que a evolução tecnológica, com o alto impacto que provoca na produtividade, também tem o seu viés no setor público, proporcionando mais e melhores meios de alcançar, cada qual, a sua finalidade.

O eSocial (braço trabalhista, previdenciário e fiscal do Sistema Público de Escrituração Digital), que está em vias de implantação definitiva, é um exemplo disso e deve causar grande repercussão para os empregadores no trato das questões trabalhistas, já que ampliará significativamente a capacidade de fiscalização do Ministério do Trabalho.

Por outro lado, as empresas que adotam a postura de legalidade perante as obrigações trabalhistas, tendem a extrair daí certa vantagem competitiva, valorizando seus empregados e obtendo deles maior dedicação e qualidade de trabalho.

Alinhar as decisões de RH com a área jurídica pode trazer resultados significativos. Identificar, analisar e gerir os riscos e o passivo trabalhistas são medidas que contribuem para melhorar o ambiente de trabalho e dos negócios.

O planejamento trabalhista, assim, compreende todos os aspectos legais das relações de trabalho, protege o empregador e valoriza o trabalho humano. Segurança e medicina do trabalho, jornada, remuneração, relações sindicais, gestão de terceiros, treinamento e capacitação dos empregados e gestores, entre outros, são questões que merecem avaliação permanente a fim de evitar riscos de passivo trabalhista oculto.

A atuação preventiva traz melhores resultados para o negócio, proporcionando uma defesa consistente se houver litígio, mas também permite o diálogo com os trabalhadores e evita ações sobre assuntos que podem ser resolvidos na empresa.

É preciso lembrar que as ações judiciais têm alto custo para o empresário. Além das despesas diretas com honorários e o valor da condenação, há o dispêndio de tempo dos empregados com a busca de subsídios para a defesa e participação em audiências trabalhistas, por exemplo.

São horas de trabalho perdidas em atividades que destoam dos objetivos da empresa. Para uma atuação preventiva satisfatória é preciso compreender e desenvolver a cultura da legalidade no ambiente empresarial. Administrar de maneira profissional e sistematizada as relações de trabalho resulta em mais respeito aos direitos dos empregados e maior "segurança jurídica" ao empregador.

A busca de maior produtividade com menor risco para as pessoas e para o negócio eleva o patamar de maturidade das relações de trabalho, alcançando vantagem competitiva de modo lícito, com ganhos para trabalhadores, empregadores e para a sociedade.

Trata-se de respeitar o marco regulatório que atende aos interesses da empresa, na medida em que lhe dá os parâmetros de custo da atividade produtiva, e também dos empregados, porquanto lhes assegura condições mínimas de trabalho e de vida, compatíveis com a dignidade humana.

Portanto, o cumprimento da legislação trabalhista é pressuposto da atividade produtiva. Do contrário, o cenário de violações dos direitos trabalhistas permanecerá no futuro, como no presente e no passado, impedindo o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária, calcada no valor trabalho, como preconiza a Constituição Federal.

O crescimento do mercado brasileiro de seguros: reflexos econômicos e jurídicos

24/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Apesar do atual estado da economia brasileira, diversos estudos sobre o mercado de seguros apontam para um crescimento estável do setor. Isso parece soar contraditório frente à atual conjuntura econômica do país, mas há fundamento para as estimativas: no primeiro trimestre de 2015, o setor apontou crescimento considerável, 22,4%, em comparação a igual período do ano passado, segundo dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), órgão responsável pelo controle e fiscalização do setor.

Inegavelmente, houve um impacto no ritmo de crescimento no primeiro semestre de 2015, todavia, o crescimento favorável se manteve. Em evento promovido pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSeg), que se encerrou no dia 17 de setembro, cujo tema foi “A Evolução do Mercado Segurador”, o presidente da entidade, Marco Antonio Rossi, confirmou as previsões de crescimento em 12% para este ano.

A arrecadação do prêmio (o que se paga para ter o seguro) que década de 90, girava em torno de 0,5% hoje representa entre 4 a 6% do PIB brasileiro, apontam levantamentos promovidos pela entidade.

O crescimento desse mercado está ligado à maior compreensão da população quanto à sua relevância social, em diversos aspectos. O aumento da expectativa de vida, a precariedade da previdência social, a insuficiência do sistema público de saúde abre espaço para os seguros de vida, de previdência complementar e de saúde.

Com a expansão contínua da frota de veículos e urbanização, previsível a ocorrência de mais acidentes, roubos ou furtos, são alavancados o seguro automotivo e o residencial.

Igualmente, existem diversos seguros que preveem indenização para os tantos infortúnios da vida moderna, patrimoniais ou pessoais, como por exemplo rupturas contratuais, desastres naturais, mortes, perdas patrimoniais diversas, doenças e acidentes pessoais. Portanto, é correto dizer que o crescimento do setor de seguros está ligado à uma maior preocupação da sociedade com seu planejamento de vida e proteção para o futuro.

E devido a esse crescimento contínuo e maior procura pelos seus produtos, as seguradoras tendem ao maior comprometimento com inovação e sustentabilidade.

Atualmente, há apólice de seguros de vida totalmente personalizadas, que levam em consideração sexo, idade, hábitos de saúde e rotina de exercícios do contratante, o que lhe possibilita pagar um preço mais adequado aos seus “riscos”, e ainda em alguns há até liberação de *personal trainer* para atividades físicas.

Há por exemplo seguros residenciais e condominiais, que se responsabilizam pelo descarte de mobílias velhas, aparelhos eletrônicos inutilizados etc, contribuindo para as políticas ambientais de sustentabilidade.

A expansão do setor se reflete na economia nacional. Há terreno para crescimento, basta citar a estimativa de que, não chega a 10% o número de residências brasileiras com seguro, e que menos da metade da frota de carros brasileiros é segurada.

Esse crescimento, logicamente, refletirá também no Judiciário, exigindo dos magistrados maior conhecimento para o correto enfrentamento das questões judiciais, afinal, embora muitas envolvam matérias de direito do consumidor, as questões securitárias obedecem a um regramento específico previsto não apenas no Código Civil, mas também nas diversas resoluções, circulares e portarias dos órgãos que compõe o Sistema Nacional de Seguros Privados, como SUSEP, CNSP etc.

Questões judiciais que até pouco tempo atrás eram, sistematicamente, decididas em favor do segurado, muitas vezes por uma ótica exclusivamente "consumerista", passaram a ser revistas, (como acidente motivado por embriaguez, agravamento intencional de risco, preexistência ou divergência de risco omitida à época da contratação etc.).

Sendo o contrato de seguro fundado essencialmente no Princípio do Mutualismo, isto é, baseado nos conceitos de Reciprocidade, de Cooperação Mútua, de Compartilhamento de Riscos por uma certa coletividade, a sustentabilidade do setor depende da conscientização sobre os direitos e, principalmente, sobre os deveres dos segurados.

Neste contexto, a interpretação das questões judiciais securitárias segue igualmente em constante transformação, com respaldo maior em princípios como o da boa-fé objetiva e equidade. A mudança de paradigma é importante para garantir que mais pessoas possam ingressar neste setor e se beneficiar dos seguros, tornando-o cada vez mais acessível, fazendo dele um instrumento de transformação de sua realidade pessoal.

A partir dessas constatações, resta importante missão para os consumidores atuais ou futuros, profissionais ligado ao setor, e especialmente aqueles que tratam das questões legais: a reflexão sobre a importância do seguro em seu cotidiano, na economia nacional, no desenvolvimento do país e da sociedade, e sobre a necessidade de aprimorar seus conhecimentos, notadamente sobre os direitos e deveres dos segurados e seguradoras.

(Juliana Mara da Silva, advogada, tem MBA em Gestão Estratégica de Empresas pela FGV, membro da Comissão de Direito Securitário da OAB/PR).

Trabalhadores dos Correios no Paraná decidem adesão à greve nesta quinta (24)

24/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Os trabalhadores dos Correios do Paraná se reunirão nesta quinta-feira (23) para discutir a adesão à greve nacional da categoria, que inclui estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. As assembleias ocorrerão em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Cascavel, Maringá, Apucarana e Foz do Iguaçu e serão conduzidas pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Paraná (Sinticom-PR).

A categoria exige a inclusão no acordo coletivo de uma nova modalidade de plano saúde, com cobrança de mensalidade de até 13% sobre o salário bruto e exclusão de dependentes. A classe reivindica ainda a incorporação da Gratificação de Incentivo à Produtividade (GIP), de R\$200; o reajuste das perdas salariais desde 1994, equivalente a 22,72%; e a correção automática de salários e piso salarial de R\$3.377,62, conforme cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconomicos (Dieese); entre outros.

De acordo com o Sinticom, em 15 de setembro, os trabalhadores do estado aprovaram a proposta de mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), apesar de ter sido rejeitada em todo o país.

Baixa adesão

O vice-presidente do TST, ministro Ives Gandra, concedeu na terça-feira, 22, liminar determinando que as duas federações de representação dos trabalhadores dos Correios (Fentect e Findect) garantam um efetivo mínimo de 65% em atividade normal em cada unidade da empresa.

O TST também determinou que as federações abstenham-se de impedir o livre trânsito de bens, pessoas e carga postal em todas as unidades dos Correios. A pena por descumprimento é de multa diária de 65 mil.

Quase todas as 20 mil unidades da empresa operam com a maior parte do efetivo presente, já que cerca de 90% dos trabalhadores não aderiu à paralisação parcial. Nesta quarta-feira, a obrigatoriedade de manutenção de 65% do efetivo foi descumprida pelas federações em 230 unidades.

Levantamento desta quarta mostra que 89,74% do efetivo dos Correios não aderiu à paralisação — o que corresponde a 107.058 empregados, número apurado por meio de sistema eletrônico de presença.

Nos locais onde a paralisação foi deflagrada, o movimento está concentrado na área de distribuição e pode haver atraso na entrega de cartas e encomendas — do total de 30.366 carteiros que deveriam trabalhar hoje nesses locais, 10.571 não compareceram (34,81%).

As agências estão abertas e os serviços, inclusive a entrega de Sedex e o Banco Postal, estão disponíveis — com exceção dos serviços com hora marcada interestaduais.

Juro do cartão de crédito passa de 400% ao ano; do cheque vai 253%

24/09/2015 – Fonte: G1

Gastar demais no cartão de crédito ou no cheque especial está cada vez mais perigoso. Os juros médios cobrados pelos bancos nas operações com cartão de crédito rotativo, a modalidade mais cara do mercado, voltaram a subir em agosto, e atingiram a marca de 403,5% ao ano, informou o Banco Central nesta quarta-feira (23). A taxa é um novo recorde na série histórica do BC, que tem início em março de 2011. Em julho, o juro médio do cartão era de 394,7%.

Cheque especial

Os juros do cheque especial também voltaram a subir no mês passado, atingindo 253,2% ao ano. Em julho, a taxa era de 246,9%. Nessa modalidade de crédito, a taxa de juros atingiu o maior patamar desde setembro de 1995, quando estava em 271,46%, ainda segundo dados do BC.

Os juros cobrados pelos bancos nesta linha de crédito tiveram forte aumento nos últimos meses. No fim de 2013, estavam em 148,1% ao ano. O crescimento, portanto, foi de 105,1 pontos percentuais nos últimos 20 meses.

Consignado, crédito pessoal e veículos

No caso das operações de crédito pessoal para pessoas físicas (sem contar o consignado), de acordo com o Banco Central, a taxa média cobrada pelos bancos ficou em 120,9% ao ano em agosto, contra 117,5% ao ano em junho. Nesse caso, houve uma alta de 1,1 ponto percentual.

Ainda segundo o BC, a taxa média de juros cobrada pelas instituições financeiras nas operações do crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) ficou em 27,8% em agosto, mesma taxa do mês anterior.

Para aquisição de veículos, a taxa média cobrada das pessoas físicas subiu para 24,8%, ante 24,5% em julho.

Alta dos juros básicos da economia

O aumento dos juros bancários acompanha a alta da taxa básica da economia, fixada pelo Banco Central a cada 45 dias para tentar conter as pressões inflacionárias.

Desde outubro do ano passado, o BC vem subindo os juros ininterruptamente. Naquele momento, a taxa estava em 11% ao ano. No fim de maio, já havia avançado para 14,25% ao ano, um aumento de 3,25 pontos percentuais.

Os números mostram que os bancos elevaram suas taxas de juros ao consumidor de maneira mais intensa.

Servidores do INSS mantêm greve no Paraná

24/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Servidores do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) do Paraná votaram, em assembleia realizada nesta quarta-feira (23), em Curitiba, pela continuidade da greve da categoria, que já dura mais de 70 dias. A greve foi deflagrada em julho. Cerca de 150 trabalhadores participaram da assembleia.

Segundo Jaqueline Gusmão, uma das diretoras do sindicato que representa a categoria, o governo federal descumpriu a promessa e não enviou, até o meio dia desta quarta-feira, novas propostas de acordo com os trabalhadores. "Por isso, votamos pela manutenção da greve", diz.

Médicos peritos também continuam em greve

Os médicos peritos que atuam nas agências da Previdência Social no Paraná também continuam em greve. Segundo a porta-voz do movimento grevista em Curitiba, Ketí Datsis, nenhum órgão do governo federal recebeu a categoria para discutir o fim da paralisação.

"Já mandamos 11 ofícios e não tivemos nenhuma resposta do Ministério da Previdência ou do Planejamento. Nós queremos voltar ao trabalho o quanto antes. Esperamos que esse governo tenha alguma atitude", afirma Ketí.

A categoria está em greve desde o dia quatro deste mês. Os peritos reivindicam reajuste salarial de acordo com a inflação, melhores condições de trabalho e contratação de mais profissionais.

De acordo com Malinoswisk, ainda existem questões a serem solucionadas pelo governo em conjunto com os trabalhadores. Uma dessas é como se dará a tentativa de normalização dos serviços que foram acumulados em virtude da greve.

Estima-se que, devido ao grande volume de processos parados, os serviços só sejam regularizados no Paraná em março do próximo ano.

No entanto, segundo Nelson Malinoswiski, outro diretor do Sindicato Servidores Públicos Federais de Saúde, Trabalho, Previdência Social e Ação Social do Estado do Paraná (Sindprevs), a greve já caminha para o fim.

"Nada impede que amanhã ou na sexta seja convocada uma nova assembleia que delibere para o fim da greve. Estamos rumando para isso."

Entre as reivindicações dos trabalhadores estão o reajuste nos salários de 27%, para repor as perdas salariais desde 2010, a realização de concurso público para a contratação de mais servidores e a incorporação das gratificações, que representam 70% dos salários.

O governo federal propõe um reajuste de 10,8%, a ser realizado em dois anos, sendo no primeiro, um aumento de 5,5% no ano de 2016 e o outro, de 5,8%, para o ano de 2017.

Com placar apertado, Assembleia do RS aprova propostas que aumentam ICMS

24/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou os dois projetos de lei encaminhados pelo governador José Ivo Sartori (PMDB) para aumentar alíquotas do ICMS no Estado, depois de uma sessão longa e tensa marcada por protestos nas galerias.

A estimativa é que as medidas proporcionem uma arrecadação anual extra superior a R\$ 2 bilhões para o estado a partir de 2016. A proposta pode dar espaço a um efeito cascata e motivar iniciativas similares de outros governos estaduais que também enfrentam dificuldades financeiras.

As votações foram extremamente apertadas apesar das negociações que vinham sendo costuradas com a base nas últimas semanas. Na metade da noite de terça-feira os parlamentares aprovaram o PL 319 por 27 votos a 26. O texto eleva em dois pontos percentuais, até 2025, a cobrança de ICMS sobre TV por assinatura, fumo, bebidas alcoólicas e produtos cosméticos.

O valor do imposto será destinado a um fundo social que teve a sua criação determinada pelo projeto, e a receita prevista é de R\$ 211,9 milhões ao ano. Já na madrugada de quarta, os deputados apreciaram o PL 320, que amplia de 17% para 18% da alíquota geral de ICMS e de 25% para 30% o tributo sobre gasolina, álcool, telecomunicações, energia elétrica comercial e residencial acima de 50 quilowatts.

A votação terminou com o mesmo placar da anterior. Neste caso, a arrecadação líquida - descontando o repasse aos municípios - será de cerca de R\$ 1,890 bilhão ao ano.

A vitória só foi possível graças a um acordo fechado na tarde desta terça-feira com o PDT - que integra o bloco governista, mas resistia à elevação da carga tributária para conter a crise do Estado.

Para garantir o apoio dos oito deputados da bancada, o Palácio Piratini aceitou a condição imposta pelo partido aliado de que a mudança no ICMS prevista no segundo projeto fosse votada com validade de três anos (de 2016 a 2018), e não por tempo indeterminado, como pretendia inicialmente.

O PMDB e o PSB também votaram a favor e o PP, apesar de dividido, foi igualmente decisivo - Sartori exonerou dois secretários da sigla para reassumirem as funções de deputados e votarem favoravelmente.

Durante a discussão das medidas no plenário, os deputados fizeram discursos inflamados. "Eu já votei contra (aumento de impostos), mas hoje não tem saída", afirmou o líder do governo na Assembleia, Alexandre Postal (PMDB).

Na tentativa de evitar tumulto, as galerias do plenário tiveram o acesso limitado a um número reduzido de pessoas, mediante a distribuição de senhas, e o espaço foi dividido como os estádios nos jogos de futebol.

De um lado, ficaram servidores e empresários que vaiavam as manifestações em defesa aos projetos. Do outro lado, se posicionaram prefeitos e figuras favoráveis às medidas de ajuste fiscal.

Na prática, os dois projetos de ajuste fiscal que aumentam o ICMS tiveram alguns votos contrários de partidos da base e foram massivamente rejeitados pela oposição do governo gaúcho.

O PT encabeçou as críticas, apesar de, no plano nacional, o partido trabalhar pela aprovação de propostas que preveem a elevação de carga tributária - entre elas a que estabelece a volta da CPMF, enviado nesta terça-feira ao Congresso Nacional.

A diferença de postura não passou despercebida no plenário em Porto Alegre. "Em se tratando de crise não podemos ter discursos diferentes. No Rio Grande do Sul o PT é contra qualquer tipo de majoração de tributos e lá em Brasília defende toda proposta de aumento de carga tributária", disse Vilmar Zanchin (PMDB).

Tarcísio Zimmermann, do PT, argumentou que o partido é contrário a impostos que incidem de forma linear sobre a população. "Estes (ICMS e CPMF) são tributos inteiramente diferentes", disse, acrescentando que, para o cidadão comum, o peso do ICMS proposto por Sartori é muito maior do que o da CPMF que a presidente Dilma Rousseff quer recriar. "Somos contra tributos que aumentem o poço social no Brasil."

Três dos quatro deputados do PSDB votaram a favor de proposta de ICMS no Rio Grande do Sul, onde o partido é da base aliada do governo peemedebista. "Eu disse ao governador Sartori que faço a coisa mais difícil da minha vida hoje aqui. Eu voto com tranquilidade porque acredito que este voto fará a diferença. O Estado vai dar a volta. Este é o momento do sacrifício de cada um", relatou a deputada Zilá Breitenbach (PSDB).

Definição

Na metade da tarde, quando aliados faziam contas para entender como seria o placar das votações, a Justiça garantiu direito ao suplente da deputada Manuela D'Ávila, Junior Piaia (PCdoB), de ser empossado, o que diminuiu a diferença a favor do governo.

Neste momento, ainda não se sabia qual seria o posicionamento do deputado Jardel (PSD), que integra o partido do vice-governador, José Paulo Cairoli, mas rompeu com a sigla. O ex-jogador de futebol tinha virado a bola da vez -- seu voto seria decisivo para o resultado.

Durante a noite, sentindo-se pressionado pelas explanações dos deputados na tribuna, Jardel pediu a palavra e disse que ninguém compraria sua consciência. "Quem manda no meu voto sou eu.

Como eu decidi dentro de campo, estou decidindo aqui pelo melhor, e o melhor na minha consciência é votar a favor (do aumento de ICMS)", avisou.

As propostas aprovadas nesta sessão fazem parte de um conjunto de medidas que vem sendo adotadas pelo governo gaúcho na tentativa de combater a crise financeira estadual.

Também nesta terça-feira, mais cedo, a Assembleia aprovou o projeto que antecipa o calendário de pagamento do IPVA e reduz o desconto para o bom motorista.

De manhã, a pauta do Legislativo provocou protestos no centro de Porto Alegre, e um grupo de servidores estaduais entrou em confronto com a Brigada Militar quando tentava ingressar no prédio da Assembleia.

Confiança do consumidor recua e vai ao menor nível histórico pela 3ª vez seguida, diz FGV

24/09/2015 – Fonte: Reuters

A confiança do consumidor brasileiro voltou a cair em setembro pelo quinto mês seguido, ao recuar 5,3 por cento na comparação com o mês anterior, atingindo o menor nível histórico pela terceira vez seguida.

A Fundação Getúlio Vargas informou nesta quinta-feira que o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) foi a 76,3 pontos em setembro, contra 80,6 pontos em agosto.

"A queda do ICC em setembro decorre da deterioração dos fatores que vêm determinando a piora das expectativas ao longo dos últimos 12 meses: enfraquecimento da atividade econômica, com reflexo crescente no mercado de trabalho, aceleração da inflação e aumento da incerteza", resumiu a coordenadora da sondagem, Viviane Seda Bittencourt, em nota.

O Índice da Situação Atual (ISA) teve queda de 6,0 por cento em setembro, para 67,1 pontos, atingindo nova mínima histórica pela sexta vez este ano.

Já o Índice de Expectativas recuou 5,4 por cento, para 81,1 pontos, também novo patamar mais baixo da série.

A confiança do consumidor brasileiro vem sofrendo diante do cenário de recessão econômica no país, inflação e taxa de juros altas e aumento do desemprego, além da forte crise política no momento.

CSN diz exposição a dívida em dólar está totalmente protegida

24/09/2015 – Fonte: Reuters

A Companhia Siderúrgica Nacional afirmou nesta quarta-feira que sua exposição a endividamento em dólar está totalmente protegida por caixa em moeda estrangeira, instrumentos derivativos e por contabilidade de hedge.

A afirmação consta de comunicado ao mercado em que a empresa rebate afirmações de analistas de que o grupo não fez hedge de sua dívida.

Segundo o texto, a CSN tinha ao final do segundo trimestre uma exposição líquida consolidada de 106 milhões de dólares, considerando os 60 por cento que possui de participação na mineradora Namisa.

Volkswagen iniciará demissões sobre escândalo de emissões de poluentes, dizem fontes

24/09/2015 – Fonte: Reuters

A Volkswagen começará demissões de responsáveis pela fraude em testes de emissões de poluentes nos Estados Unidos e promover mudanças na administração na sexta-feira, disseram duas fontes familiarizadas com o plano, enquanto a montadora alemã busca enfrentar o maior escândalo de sua história de 78 anos.

O conselho supervisor da maior montadora europeia se reunirá na sexta-feira para decidir sobre um sucessor para o presidente-executivo Martin Winterkorn, que renunciou na quarta-feira.

As fontes disseram que seriam apresentadas descobertas iniciais de uma investigação interna sobre quem foi responsável por programar alguns carros a diesel para detectar

quando estavam sendo submetidos a testes e alterar o funcionamento dos motores para ocultar suas reais emissões de poluentes.

Executivos seniores também podem ser substituídos, mesmo se não tinham conhecimento sobre a fraude. O chefe nos EUA, Michael Horn, e o chefe de vendas do grupo, Christian Klingler, são vistos como possíveis alvos dos cortes.

As ações da Volkswagen despencaram cerca de 20 por cento desde que reguladores norte-americanos afirmaram, na sexta-feira, que a companhia poderia receber até 18 bilhões de dólares em penalidades por fraudar testes de emissões de poluentes.

A companhia disse na terça-feira que 11 milhões de seus carros foram globalmente equipados com motores a diesel que mostraram um "desvio notável" nos níveis de emissões entre os testes e o uso em estradas. Reguladores na Europa, Ásia e no México disseram que também investigarão o caso.

BMW nega relatório sobre manipulação em emissões de poluentes

24/09/2015 – Fonte: Reuters

A BMW disse que não tem manipulado testes de emissões de poluentes, negando reportagem de uma revista que afirma que alguns de seus carros à diesel excederiam os limites de poluição do ar.

"Não há diferença no tratamento de emissões do escapamento se elas estão em um teste ou na estrada", disse a montadora alemã nesta quinta-feira.

A revista alemã Auto Bild publicou mais cedo que o modelo da BMW X3 xDrive 20d excedeu os limites de emissões do regime "Euro 6" em mais de 11 vezes em testes de estrada realizados pelo Conselho Internacional De Transporte Limpo (ICCT, na sigla em inglês).

"Nenhum detalhe específico do teste nos foi providenciado e, assim, não temos como explicar estes resultados", disse a BMW. "Nós entraremos em contato com a ICCT para pedir esclarecimentos do teste que realizaram.

Engenharias preparam veículo de 2050

24/09/2015 – Fonte: Automotive Business



Carros mais limpos, inteligentes e autônomos serão as três principais características dos veículos em 2050 e para os quais as engenharias da cadeia automotiva de todo o mundo já se preparam para construir hoje o que será o carro do futuro. "Pode não parecer, mas 2050 não está tão longe quanto imaginamos.

As transformações ocorrerão em uma velocidade cada vez maior e o papel dos engenheiros é o de conduzir esta inovação", declara o futuro presidente da SAE Internacional, Cuneyt L. Oge, que assumirá o cargo em 2016. Ele abriu os trabalhos da

sessão internacional do 24º Congresso SAE Brasil, realizado na quarta-feira, 23, em São Paulo.

Diversos fatores vão alavancar tais mudanças. Muito do que se prospecta ser a tecnologia do futuro da mobilidade está primeiramente ligada à matriz energética:

“Nos últimos 50 anos temos falado sobre a evolução dos motores a combustão. Pela primeira vez na história isto está mudando. Só nos Estados Unidos são 76 alternativas existentes de motores e estamos falando de híbridos, elétricos e, mais recentemente, células de hidrogênio.”

Dados da OCDE citados por Oge apontam consumo cada vez menor do petróleo em todas as partes do mundo. “Talvez tenhamos chegado ao pico da demanda de consumo e não do petróleo, porque o mundo ainda produz muito.”

Os compromissos dos governos sobre reduzir drasticamente as emissões poluentes também são fatores fundamentais para dar espaço às novas tecnologias de motorização, uma vez que o setor de transporte responde por 20% a 30% do total da poluição do mundo.

As exigências sobre os níveis de emissões de CO2 indicam que a média mundial tenha que diminuir 30% em 2030 e 80% em 2050 sobre dados colhidos em 2005. Oge alerta que para atingir tal feito, cada carro que rodará em 2050 deverá consumir algo como 1,3 litro de combustível a cada 100 km. “É impossível, não conseguiremos, embora em 2020 haverá convergência das metas de emissões entre vários países”, aponta.

Tal cenário é a oportunidade para o crescimento de novas matrizes. Segundo Oge, a nova necessidade por carros mais limpos criará a demanda necessária para que o veículo elétrico obtenha custo total equivalente ao modelo atual de combustão, o que deve acontecer já em 2020, projeta o executivo. Ele também indica que muitos investimentos já são feitos em novos materiais e que em 2030 a indústria estará muito mais avançada nesse sentido.

Também há de surgir importantes mudanças na cadeia de valor: “A cadeia baseada na eletricidade é muito mais barata, isso criará uma nova zona de players tentando ver o que fazer e onde estarão as maiores valorizações para o mercado como um todo. Haverá muita concorrência no futuro. Novos modelos de negócio vão surgir e as montadoras estarão muito mais preocupadas em fornecer não só o ‘hardware’ mas também o serviço e o pós-venda ganhará outra esfera nos negócios”.

Novas entrantes nessa cadeia de valor e de produção já são consideradas no presente. Google, Apple, Tesla, só para citar algumas, não são fabricantes de veículos, mas são vistas como fortes parceiros ou mesmo concorrentes neste advento da era do carro conectado ou mesmo do carro compartilhado, tendências que segundo Oge não têm mais volta.

Dados de uma pesquisa apresentada por ele revelam que 81% dos entrevistados na Índia comprariam carros fabricados por empresas de tecnologia, enquanto na China esse número é de 74%.

O Brasil aparece em terceiro lugar, com 63% de aceitação. “É um país extremamente aberto a novas tendências e talvez seria um pioneiro neste sentido. Também temos a questão da vida e trabalho conectados. As gerações mais novas não querem ter carro, não querem entrar em contato fisicamente, pois podem fazer isso virtualmente.”

Por fim, ele reforça a importância da SAE Brasil no contexto, que como membro de uma associação mundial, está atenta a todo esse movimento. “Devemos prezar pelos benefícios que tudo isso trará para a sociedade. Penso em quantas pessoas morrem por

ano em todo o mundo vítimas de acidentes por veículos desgastados, com defeitos ou mesmo aquelas vítimas de doenças.

“Este não é um pensamento altruísta, essas soluções são economicamente palpáveis: calcula-se que haverá um benefício equivalente que pode chegar a US\$ 1,3 trilhão em 2050 somando economia em combustíveis, custo de produção, manutenção veicular e com tratamentos de saúde para doenças relacionadas à poluição.”

Após escândalo da VW, Europa quer mais rigor em leis de emissão

24/09/2015 – Fonte: Automotive Business

Os efeitos do escândalo da Volkswagen, que burlou a legislação de emissões e vendeu carros mais poluentes do que o permitido, não ficarão restritos à companhia. Para evitar que as regras sejam desrespeitadas, políticos da União Europeia pretendem fazer uma reforma na legislação europeia que implicará em testes mais rigorosos para aferir o nível de emissões dos carros. A informação foi apurada pela agência Reuters na quarta-feira, 23.

O objetivo é eliminar qualquer oportunidade de que os resultados sejam adulterados ao introduzir testes em condições normais de uso. Dessa forma será possível confirmar se as emissões dos carros nas ruas é a mesma da apontada na avaliação em laboratório.

A proposta de incrementar a análise de emissões dos veículos é antiga, mas diante da fraude da Volkswagen, sua aprovação deve ser acelerada. O objetivo é que a mudança entre em vigor já em 2017.

A pressão para que a legislação seja atualizada indica que a crise na montadora alemã afeta também a credibilidade de outras fabricantes de veículos europeias. Há evidências de que, na etapa atual da legislação de emissões, o impacto na melhoria da qualidade do ar em muitas cidades da região deveria ser maior.

Cadeia produtiva entra em “modo de sobrevivência”

24/09/2015 – Fonte: Automotive Business



Contornar a crise que fez as vendas de veículos esfriarem é difícil para as montadoras e sistemistas, mas o impacto é ainda mais severo nos elos mais fracos da cadeia produtiva: as fábricas de autopeças de níveis mais distantes. Executivos da área de compras que participaram de debate no Congresso SAE Brasil, na quarta-feira, 23, apontaram que o setor entrou em “modo de sobrevivência” para enfrentar o momento desafiador.

Giuliano Ampudia, diretor de compras da Bosch, enfatiza que a empresa desenvolve trabalho de apoio aos parceiros, que deve trazer a 25 fornecedores melhorias em gestão e produtividade.

“O cenário é difícil para 2015 e 2016, mas precisamos nos preparar para as oportunidades. Elas vão aparecer. Nossa cadeia precisa estar saudável”, destaca.

O executivo admite que a meta é ajudar as empresas a fazer a dura travessia do período difícil, fugindo do risco de quebrar. "Vemos que, com um trabalho bem feito, é possível trazer ganhos importantes de produtividade para as nossas parceiras."

Erodes Berbetz, responsável pelas compras da Mercedes-Benz, concorda: "É preciso ter calma para conduzir os negócios nesse período. Não podemos esquecer que no futuro teremos lançamentos e os nossos fornecedores precisam estar fortes para nos atender."

Ele destaca que a desvalorização do real abre oportunidade importante de exportar componentes. "Temos trabalhado com os nossos parceiros para incentivar isso. A relação cambial hoje representa oportunidade de redução de custos para fábricas na Europa e nos Estados Unidos", aponta, ressaltando que, neste momento, os produtos brasileiros podem competir com componentes feitos na Índia ou na China.

O executivo enfatiza, no entanto, que é necessário batalhar para garantir estabilidade deste patamar no médio prazo. Afinal, não é sustentável firmar contratos de fornecimento internacional se o dólar voltar a cair em breve. "Além disso, as empresas precisam atender aos padrões internacionais de qualidade."

LOCALIZAÇÃO

O momento desafiador no Brasil também estimula a localização da produção de componentes. "É impossível sobreviver importando tudo o que importamos hoje", revela Berbetz. Segundo ele, o conteúdo local dos produtos da Mercedes-Benz é elevado, mas é preciso nacionalizar ainda mais para que a empresa esteja blindada da escalada do dólar.

Roger Dias, responsável pelas compras da Fiat Chrysler Automobiles (FCA), defende que o empenho em localizar a produção deve ser constante, não apenas uma resposta ao patamar cambial.

Segundo ele, a Fiat Automóveis tem entre 85% e 90% de conteúdo nacional nos carros fabricados em Betim (MG). Já a Jeep em Goiana (PE), que começou a operar em abril deste ano, já alcança localização entre 70% e 75%. "Queremos aumentar este percentual. É algo estratégico para nós", determina.

Ele admite, no entanto, que o aumento da presença de peças e componentes brasileiros não acontece sem desafio. "Sempre esbarramos na capacidade dos nossos fornecedores de investir para produzir localmente."

De qualquer forma, ao trabalhar em parceria com a sua cadeia produtiva, a FCA pretende dar conta de cumprir a agenda e lançar 12 carros nos próximos três anos. "Vamos garantir que os nossos fornecedores tenham o volume que eles precisam", promete Dias.

Navistar anuncia nova diretora financeira

24/09/2015 – Fonte: Automotive Business



A Navistar Mercosul, que controla as operações da International Caminhões e MWM Motores Diesel, informou que Sandra Mariani passa a acumular o cargo de diretora financeira corporativa da empresa (CFO). A executiva passa a exercer a atribuição em conjunto com a direção das áreas de recursos humanos e tecnologia da informação, que

assumiu recentemente no lugar de Paulo Borba. Para todas as suas funções Sandra se reporta diretamente a José Eduardo Luzzi, presidente e CEO da empresa na região.

A companhia vem promovendo este ano uma reestruturação do organograma da direção da empresa com a junção de alguns cargos, a começar pela presidência. Em julho passado, Waldey Sanchez anunciou sua aposentadoria e Luzzi assumiu o comando da Navistar Mercosul, acumulando com o cargo de presidente da MWM, que já vinha exercendo desde 2012.

Mais recentemente, Thomas Püschel, que já dirigia o departamento de vendas e marketing da MWM, assumiu também o cargo de diretor de vendas de peças de reposição.

Sandra Mariani tem 26 anos de experiência nas áreas de planejamento estratégico, finanças, impostos, preços, tesouraria, auditoria, contabilidade, controladoria, desenvolvimento de negócio e projetos internacionais.

A executiva é graduada e pós-graduada em Economia pela USP, com MBA na International Management de Thunderbird, nos Estados Unidos.

Déficit na balança de autopeças vai a US\$ 4,3 bi

24/09/2015 – Fonte: Automotive Business

O déficit comercial brasileiro de autopeças de janeiro a agosto foi de US\$ 4,3 bilhões, valor 35% menor que o registrado no mesmo período de 2014. As exportações recuaram 6,3% e as importações, 22%. Os embarques, para 178 países, somaram US\$ 5,18 bilhões.

As compras externas, de 152 diferentes mercados, foram de US\$ 9,51 bilhões no período. Os dados foram divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) a partir de informações obtidas com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

No acumulado até agosto a Alemanha perdeu para o Japão o terceiro posto entre os maiores fornecedores de autopeças para o Brasil, provavelmente como consequência da queda do mercado nacional de caminhões associada ao melhor momento que vivem fabricantes nipônicos de automóveis.

Os Estados Unidos mantêm o primeiro lugar em envio de autopeças ao Brasil, com US\$ 1,19 bilhão, mas queda de 15,2% ante o mesmo período de 2014. O segundo posto é da China, com US\$ 1 bilhão em componentes e retração menor que a dos EUA, de 9,5%.

No caminho contrário, a Argentina permanece como principal destino dos componentes fabricados no Brasil, que enviou para a nação vizinha US\$ 1,7 bilhão. O total foi 6,6% menor que o repassado nos mesmos oito meses do ano passado.

Dívida de empresas sobe R\$ 57 bilhões em menos de quatro meses. A crise de Dilma não tem fim

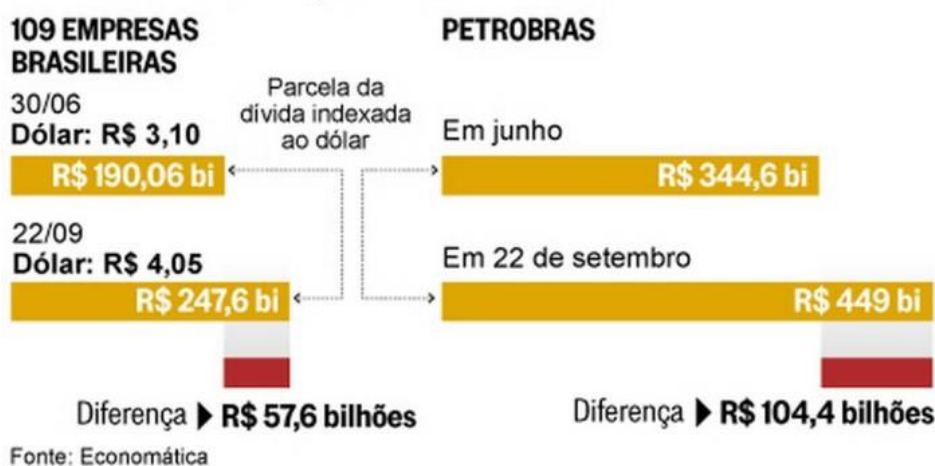
24/09/2015 – Fonte: Rota 2014

A escalada do dólar fez a dívida de 109 empresas brasileiras aumentar em R\$ 57,6 bilhões em menos de quatro meses. O levantamento foi feito pela provedora de informações financeiras Economática entre o começo de junho e a última terça-feira, quando a moeda americana chegou a R\$ 4,05, e considerou a parcela da dívida das companhias tomada em moeda estrangeira.

Quando a Petrobras é incluída no cálculo, o impacto do câmbio nas dívidas feitas em dólar sobe para R\$ 162 bilhões, no mesmo período. Apenas a dívida da Petrobras deu um salto de R\$ 104,4 bilhões com a valorização da divisa americana

A CONTA DO CÂMBIO

IMPACTO DA VALORIZAÇÃO DA MOEDA AMERICANA



Tomamos a parte da dívida das empresas indexada à moeda estrangeira, em junho, e consideramos que a companhia não fez novos empréstimos no exterior, nem realizou pagamentos de parte desse débito nesse período. Também consideramos que toda a dívida estrangeira seja em dólares.

O resultado é uma despesa financeira de R\$ 162 bilhões apenas pela variação cambial - diz Einar Ribero, gerente de relacionamento da Economática, explicando que o cálculo da Petrobras foi feito separadamente porque o tamanho da empresa distorce a amostra.

De acordo com os dados da Economática, a dívida em moeda estrangeira das companhias analisadas equivalia a R\$ 190,06 bilhões em junho, quando a cotação do dólar comercial estava em R\$ 3,10.

Desde então, a moeda americana se valorizou 30,35% até o último dia 22 de setembro. Com o câmbio a R\$ 4,05, a dívida indexada à divisa americana subiu para R\$ 247,6 bilhões.

SUSTO PARA AS COMPANHIAS

O levantamento da Economática mostrou ainda que o caixa das 109 companhias analisadas era de R\$ 138,9 bilhões, em junho, suficiente para arcar com os compromissos em moeda estrangeira que vencem no curto prazo (nos próximos 12 meses) e somam R\$ 41,7 bilhões, sem contar os gastos da Petrobras. Já a dívida em moeda estrangeira de longo prazo dessas companhias soma R\$ 148,3 bilhões.

O analista Pedro Galdi, da consultoria Whatscall, lembra que as grandes companhias costumam fazer *hedge* de suas operações em moeda estrangeira, uma operação no mercado futuro que evita perdas com as oscilações cambiais.

Mas, mesmo assim, um aumento de mais de R\$ 162 bilhões num prazo tão curto é um "susto" para muitas empresas.

- Quando fecham os balanços, as empresas precisam atualizar o valor desses compromissos com a nova taxa de câmbio. Ou seja, contabilmente precisam reconhecer esse prejuízo - diz Galdi.

Segundo Fábio Zenaro, gerente de desenvolvimento da Cetip, depositária de ativos de *hedge*, a procura aumentou.

O volume de operações de termo em dólar - instrumento que "trava" a taxa de câmbio em uma compra futura de dólar - totalizou US\$ 21,3 bilhões em agosto entre empresas importadoras, as mais vulneráveis à escalada do dólar. O montante foi 18,7% maior que o registrado em janeiro.

- Poucos são os empresários que não estão fazendo *hedge*. Já há algum tempo as companhias estão renovando suas proteções por causa da enorme incerteza - diz Zenaro. Pedro Galdi acrescenta que o cenário econômico conturbado e a retirada do grau de investimento do país também influenciam a dívida das companhias pelo lado dos juros.

Ele estima que os resultados das empresas no terceiro trimestre deverão ser ruins pelo endividamento e também pela retração da economia.

Na outra ponta, a alta do câmbio tem impacto positivo para empresas exportadoras, como Vale e Fibria, lembra Galdi. Segundo informações de mercado, a Fibria exporta 95% de sua produção e a tonelada da celulose aumentou US\$ 80 este ano. A Vale afirmou que o dólar em alta beneficia a empresa, mas não informou se faz *hedge* para sua dívida em dólar.

Banco Central piora de 1,1% para 2,7% estimativa de contração da economia

24/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

No auge da turbulência no mercado financeiro — que levou o dólar a ultrapassar R\$ 4 por causa do cenário político — o Banco Central admitiu que a recessão econômica de 2015 será bem maior do que esperava antes.

A projeção para a queda na atividade econômica passou de 1,1% para 2,7% neste ano. A inflação oficial também será maior: a estimativa subiu de 9% para 9,5%. As informações são do relatório trimestral de inflação, a publicação mais importante da autoridade monetária.

Esse é o primeiro documento oficial do Banco Central divulgado após o rebaixamento da nota de classificação de risco da agência Standard & Poor's. Há duas semanas, a S&P retirou o grau de investimento do Brasil, o selo de bom pagador de sua dívida.

No relatório, o BC mostra a influência do quadro fiscal do país no controle da inflação. O envio de um orçamento deficitário para o ano que vem pelo governo dificulta a credibilidade do país e atrapalha o controle da inflação.

Até então, o documento mais recente do BC era a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Ela já dizia que o fato de o governo ter mandado o orçamento com déficit para o Congresso Nacional e a explosão da cotação do dólar aumentam o risco de a inflação não ir para a meta de 4,5% no ano que vem, nem mesmo com recessão econômica e aceleração do desemprego.

Ainda previa que a crise econômica deve ser mais longa que o previsto até agora. Mesmo sem levar oficialmente em consideração a mudança no rating do país, o Copom divulgou uma ata muito diferente do tom do comunicado da semana passada, quando os diretores do BC previam que a recessão da economia seria suficiente para conter os preços. Agora, dizem que há mais riscos para que a meta de inflação não seja cumprida.

Voith Turbo passa a oferecer serviços inéditos no Brasil para o setor ferroviário

24/09/2015 – Fonte: CIMM

A Voith, por meio da divisão Voith Turbo – líder mundial em soluções para transmissão de potência –, investiu na modernização de sua fábrica e passa a oferecer serviços para o setor ferroviário, até então inéditos no Brasil, que englobam a análise de desempenho e manutenção para sistemas de absorção de engates.

Para isso, a companhia adquiriu uma prensa automatizada que analisa o comportamento do sistema de absorção de engates ao longo da vida útil da peça e informa – por meio de curvas e gráficos – se o equipamento está absorvendo os impactos de acordo com a especificação do projeto.

Caso a análise identifique a necessidade de algum serviço de manutenção no sistema de absorção, a Voith também está preparada para atender esta demanda.

“A iniciativa representa mais um grande avanço nos serviços prestados pela Voith e inaugura no Brasil um centro de referência para trabalhos que antes só eram executados no exterior”, ressalta Adelson Martins Junior, gerente da divisão ferroviária da Voith Turbo.

Com posição de destaque no mercado nacional, a Voith Turbo está entre as principais fornecedoras de componentes e sistemas para veículos ferroviários do Brasil, presente na maioria dos trens de passageiros ou cargas em operação atualmente no País.

O leque de soluções para esse segmento inclui ainda transmissões, caixas de redução, engates, sistemas de resfriamento e de tração para motores a diesel, além de serviços de manutenção para metrô, trens metropolitanos, monotrilhos, VLTs e trens a diesel.

Schunk participa da Mercopar 2015 e leva novidades para o RS

24/09/2015 – Fonte: CIMM

A Schunk Intec-BR, subsidiária brasileira da multinacional alemã Schunk GmbH & Co. KG, líder competente em tecnologia de fixação e sistemas de garras, participa da Mercopar 2015, que será realizada entre os dias 6 e 10 de outubro, no Centro de Feiras e Eventos Festa da Uva, em Caxias do Sul (RS). Será a primeira vez que a empresa levará suas grandes novidades para a região.

A subsidiária da Schunk aposta na automação industrial neste ano, por isso, o principal objetivo é ganhar maior visibilidade na região, com os sistemas de garras e componentes para automação, ferramentas-chaves para a competitividade e produtividade necessária na indústria brasileira, principalmente em um cenário econômico como o atual.

Essa linha de produtos complementa a atuação da empresa na região e auxilia os diversos clientes que já contam com a alta tecnologia da Schunk em fixação de ferramentas e peças.

Entre as novidades podemos destacar o Vero-S NSR, módulos de acoplamento de robô para manuseio de paletes, que vem para facilitar e agilizar o processo de carregamento de máquinas.

“Com o Vero-S NSR o próprio robô é capaz de carregar e descarregar máquinas com altas forças de fixação e máxima precisão de repetibilidade”, explica Thales Cortez, Assessor Administrativo da Schunk Intec – BR.

A Schunk também leva para a cidade de Caxias do Sul acessórios, como a Membrana SPM e Porta Pinça SEZ, que são para uso conjunto com o sistema de fixação Vero-S.

Escritórios de advocacia entram com processos coletivos contra a Volkswagen

24/09/2015 – Fonte: Época Negócios



Diversos escritórios de advocacia da América do Norte entraram com processos coletivos contra a Volkswagen pelo escândalo de manipulação das emissões de gases poluentes nos veículos a diesel, e exigem milhões de dólares em compensação pelos danos.

Nos últimos dias, pelo menos nove escritórios dos Estados Unidos e dois do Canadá anunciaram processos coletivos contra a fabricante alemã depois que a Agência de Proteção Ambiental (EPA) revelou que a Volkswagen manipulou dados dos veículos a diesel para disfarçar as emissões.

O último grupo de advogados a processar a empresa foi o Clifford Law Offices, de Chicago, que disse em comunicado que havia apresentado uma denúncia no estado de Illinois contra a Volkswagen por práticas empresariais fraudulentas.

No Canadá, o escritório Sutts, Strosberg da cidade de Windsor exige da Volkswagen US\$ 1 bilhão em danos e US\$ 100 milhões de multa. Outra grupo canadense, James Brown & Associates, da cidade de Edmonton, também reivindica US\$ 1 bilhão.

A Volkswagen já começou se a preparar para enfrentar a onda de processos e pedidos de indenizações bilionárias.

A fabricante alemã contratou os serviços do escritório Kirkland & Ellis, o mesmo que defendeu a petroleira BP após o desastre da plataforma Deepwater Horizon em 2010, no Golfo do México, no litoral do estado da Louisiana.

Diversos escritórios que apresentaram processos coletivos contra a Volkswagen têm experiência em casos similares contra outras fabricantes de automóveis.

O Hilliard Munoz Gonzales, do estado do Texas, por exemplo, participou de um acordo com a GM em representação de 1,3 mil pessoas pelo caso do sistema de ignição defeituoso.

Um dos sócios do escritório, Robert Hilliard, afirmou em comunicado que a "Volkswagen enganou milhões iniciando uma campanha propagandista para promover veículos que disse que tinham tecnologia a 'diesel limpa' sabendo que enganavam o sistema".

O escritório calcula que a Volkswagen cobrou US\$ 6 mil extras de cada cliente pela tecnologia "diesel limpa", mas não informou a quantia da indenização que será solicitada. Os processos não se referem apenas a proprietários de veículos que foram enganados ao pagar mais por seus automóveis, ou que viram o valor de sua compra cair da noite para o dia, mas também os acionistas da Volkswagen.

Os escritórios Bronstein, Gewirtz & Grossman, de Nova York, e Block & Leviton, de Boston, anunciaram que estudam a apresentação de processos em representação dos acionistas da Volkswagen após a dramática perda de valor dos títulos das bolsas de valores da companhia alemã.

Block & Leviton declarou que investiga "se a Volkswagen enganou os investidores ao não revelar sua intenção de disfarçar os controles de emissões" ao instalar um software que manipula os resultados em alguns de seus modelos a diesel.

Em ambos os casos, os escritórios se mostraram dispostos a receber informação de funcionários da Volkswagen que tiverem dados confidenciais sobre a decisão de instalar o software ilegal.

O escândalo que afeta 11 milhões de veículos da Volkswagen para disfarçar as emissões de poluentes custou nesta segunda-feira o cargo do presidente da companhia, Martin Winterkorn.

Winterkorn renunciou hoje, após uma reunião do conselho de supervisão devido ao surgimento do escândalo na sexta-feira passada, o que fez com que a Volkswagen perdesse mais de um terço de seu valor de mercado.

Rendimento do trabalhador tem perda de 3,5% no poder de compra em um ano

24/09/2015 – Fonte: Agência Brasil

O rendimento médio real habitual do trabalhador ficou em R\$ 2.185,50 em agosto deste ano. O valor é 0,5% superior ao registrado em julho deste ano.

No entanto, na comparação com agosto do ano passado, o rendimento recuou 3,5%, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados hoje (24) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com julho, os rendimentos dos empregados com carteira assinada cresceram 1,3%, enquanto os daqueles sem carteira assinada caíram 6,2%.

Entre os grupamentos de atividade, nesse tipo de comparação, houve altas em outros serviços (6,3%), na construção (4,6%) e nos serviços domésticos (1,4%), enquanto foram registradas quedas de 2,4% na educação, saúde e administração pública e de 1,1% no comércio.

Na comparação com agosto do ano passado, houve quedas de 3,4% nos rendimentos dos empregos com carteira assinada e de 12,6% nos empregos sem carteira.

Entre os grupamentos de atividade, a única alta foi em outros serviços (3,3%), enquanto as outras seis atividades tiveram queda, com destaque para os rendimentos da construção (-6,4%) e o comércio (-5,9%).

Empresários pedem apoio a Cunha para impedir aumento de carga tributária

24/09/2015 – Fonte: Agência Brasil

Representantes de cerca de 30 entidades empresariais pediram hoje ao presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apoio para impedir a aprovação de medidas que aumentem impostos e a carga tributária. Os empresários entregaram documento aos congressistas onde falam da preocupação com as "ameaças de mais aumento de impostos" e falam da "posição contrária a qualquer elevação da carga tributária, que já sufoca o empreendedorismo".

O documento, com a posição dos empresários, está sendo encaminhado a todos os congressistas. De acordo com o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Alencar Burti, a expectativa dos empresários é que o Congresso não aprove propostas que impliquem em mais elevação da carga tributária e, assim, "defenda os contribuintes e o desenvolvimento econômico e social do Brasil".

Os empresários dizem, no documento, que se colocam contra iniciativas como a medida provisória (MP) 685/15, que assegura, segundo eles, "maior poder de arbítrio ao Fisco, o que gera maior insegurança jurídica e prejudica a harmonia e o equilíbrio que devem nortear a relação fisco-contribuintes".

Os empresários também se posicionam contra as mudanças na sistemática de cálculo do PIS/Pasep. "Ao mudar para incidência sobre valor adicionado, dependendo da alíquota que for estabelecida, provocará aumento da tributação para o setor de serviços, que se tornará ainda mais insuportável, inviabilizando milhares de empresas e empregos", afirma o documento.

Após receber os empresários, Eduardo Cunha disse que eles estão preocupados com a mudança na sistemática do PIS/Pasep, que antes era não cumulativa e, em 2003, virou cumulativa, e agora estão propondo mudar para não cumulativa.

"A preocupação [dos empresários] é que as duas etapas tiveram aumento de carga tributária embutida ao processo. Os empresários querem combater esse aumento", disse Cunha.

Pedido de vista adia votação de relatório sobre o PPE

24/09/2015 – Fonte: Agência Brasil

Um pedido de vista coletivo hoje (23), na comissão mista que analisa o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), adiou para o próximo dia 30 a votação do relatório da Medida Provisória (MP) 680/15, que institui o PPE. A medida é uma das propostas do governo para enfrentar o desemprego no momento de crise econômica.

Pela proposta, as empresas em dificuldades financeiras poderão reduzir a remuneração e a jornada de trabalho de seus empregados em até 30%. Como contrapartida, elas ficam impedidas de demitir sem justa causa por até 16 meses.

O relator, deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), fez algumas alterações no texto enviado pelo Executivo, ampliando o período para as empresas aderirem ao programa, de 31 de dezembro deste ano para 31 de dezembro de 2016.

Vilela também aumentou o prazo para as empresas participarem no programa, de 12 meses (seis meses com uma renovação) para 24 meses.

De acordo com a proposta, para que o regime diferenciado seja aplicado, é necessário que ele seja acordado em acordo coletivo de trabalho específico (ACTE) com a entidade sindical.

Nesse ponto o relator sugeriu que, para dar mais segurança jurídica, é preciso a apresentação da relação de empregados submetidos à jornada de trabalho e ao salário reduzidos, com detalhamento da remuneração.

Criado por MP no início de julho, o PPE permite a redução temporária da jornada de trabalho, com diminuição de até 30% do salário. Para isso, o governo arcará com 15% da redução salarial, usando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A complementação é limitada a R\$ 900,84, valor que cobre 65% do maior benefício do seguro-desemprego, que, atualmente, é R\$ 1.385,91.

Para participar do programa, a empresa deve comprovar que passa por dificuldade econômico-financeira, demonstrar regularidade fiscal, previdenciária e conformidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A resolução trata também do Indicador Líquido de Empregos (ILE) que deve ser igual ou inferior a 1%.

Moody's rebaixa rating da Paranapanema de Ba3 para B1

24/09/2015 – Fonte: Exame



A agência de classificação de risco Moody's rebaixou o rating corporativo da Paranapanema de Ba3 para B1. A perspectiva permanece negativa. De acordo com a agência, o rebaixamento do rating da empresa reflete o período prolongado de fundamentos de mercado fracos no Brasil e o aumento observado dos níveis de dívida da companhia nos últimos trimestres, o que pode restringir seu perfil de crédito.

"Com a forte desaceleração na economia do Brasil, as indústrias chave para o cobre e produtos de cobre - energia, construção, refrigeração, maquinário industrial, automotivo - irão continuar a ser desafiadas até pelo menos 2016", informou a Moody's.

O que também restringe o rating, segundo a Moody's, é a perspectiva negativa para o crescimento da economia do Brasil e da atividade industrial, o que deve impactar as vendas domésticas da Paranapanema. "As importações permanecem sendo uma ameaça, mas a desvalorização da moeda local deve continuar a dificultar a importação de produtos de cobre".

Agenda Brasil aprova projeto de estímulo à exportação

24/09/2015 – Fonte: Exame

Os três primeiros projetos da chamada Agenda Brasil foram aprovados hoje (23) na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, criada no Senado. Segundo o presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a agenda é uma "colaboração do Legislativo" no enfrentamento da crise econômica.

A comissão funciona nos moldes da Comissão Especial da Reforma Política, que envia em regime de urgência ao plenário todos os projetos que aprova. O primeiro aprovado, o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 84/2007, define um limite global para o montante da dívida da União.

A comissão aprovou também o Projeto de Lei do Senado (PLS) 136/2015 que estabelece um auxílio financeiro para estimular as exportações de estados e municípios.

De autoria da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), ele prevê uma ajuda da União para estados e municípios no valor de R\$ 1,95 bilhão, com o objetivo de incentivar as exportações.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 68/2014), do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), também foi aprovado pela comissão. Ele autoriza a transferência direta de recursos

financeiros do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para os fundos penitenciários estaduais.

Agora, o texto segue para análise do plenário.

A Agenda Brasil tem 28 projetos prioritários sobre temas diversos como energia, infraestrutura e responsabilidade fiscal, sempre relacionados à melhoria da segurança jurídica e do ambiente de negócios para estimular a economia e os investimentos, gerar emprego e promover o crescimento do país.

Gerdau desenvolve aço 20% mais resistente a temperatura e pressão

24/09/2015 – Fonte: Fator Brasil

Sempre em busca de soluções inovadoras e novas tecnologias para seus produtos, a Gerdau desenvolveu um novo tipo de aço, altamente resistente à oxidação e a altas temperaturas.

Contendo alto teor de sílico, o produto é 20% mais resistente que os demais tipos de aço fabricados até hoje, o que o torna ideal para suportar ambientes de alta pressão e temperaturas que oscilam entre 400 e 600° C.

Devido às suas características singulares, o novo aço é indicado principalmente para aplicação em pistões de motores movidos a diesel, que estão em contato direto com gases provenientes de combustão e funcionam em meio a altas temperatura.

A nova solução permite que os pistões alcancem as temperaturas mais altas, com maior resistência e menor geração de partículas provenientes da combustão de gases, resultando em entre 10 e 20 vezes menos óxido de ferro.

A alta resistência do novo aço ao calor alcança quase o dobro dos padrões normais e permite que seja facilmente fundido e soldado.

O produto foi desenvolvido com exclusividade pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia localizado na Espanha e contou com o investimento de aproximadamente 1 milhão de reais.

Disponível para os mercados brasileiro, europeu e norte americano, a tecnologia é uma exclusividade Gerdau.

Perfil—A Gerdau é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações.

A Gerdau possui plantas industriais em 14 países —nas Américas, na Europa e na Ásia—, as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas de aço por ano.

Além disso, é a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua.

As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

Volkswagen negocia adesão ao plano de proteção ao emprego em Taubaté

24/09/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Caso se concretize, será a segunda fábrica da montadora alemã no País a aderir ao programa que prevê redução da jornada de trabalho e corte nos salários

Após aderir ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) na fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, a Volkswagen negocia agora a adesão ao plano que prevê redução da jornada de trabalho e de salários na unidade de Taubaté, no interior paulista. De acordo com a montadora e o sindicato dos metalúrgicos da região, os detalhes do programa ainda estão sendo negociados.

O sindicato adianta que a ideia é de que o PPE em Taubaté estabeleça redução de 20% da jornada e dos salários pagos pela empresa. Para o funcionário, no entanto, a perda será de 10%.

A outra metade será bancada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no limite de até R\$ 900,84, como estabelece a legislação do PPE. Segundo a entidade, a previsão é de que o plano entre em vigor no início de outubro e dure seis meses, com possibilidade de dobrar o prazo.

O sindicato lembra que a adesão ao PPE já tinha sido proposta pela empresa e aprovada pelos trabalhadores no acordo que marcou o encerramento da greve de 12 dias na fábrica de Taubaté, em agosto.

Os detalhes, contudo, não foram fechados na época. Pela negociação, a montadora também reverteu as 43 demissões anunciadas pela companhia e abriu um Plano de Demissão Voluntária (PDV) e um Programa de Aposentadoria Antecipada.

Caso se concretize, será a 5ª fábrica de grandes montadoras a aderir ao PPE

Procurada, a Volks não deu detalhes da negociação. Em nota, a montadora declarou apenas que "está em contato com o sindicato de sua unidade em Taubaté no sentido de avaliar a adesão e implementação" do PPE.

Caso se concretize, será a segunda fábrica da Volkswagen a aderir ao programa no País. No último dia 17 de setembro, os metalúrgicos da montadora em São Bernardo aprovaram a adesão ao plano com redução de 20% da jornada e perda de 10% dos salários.

Em todo o Brasil, será a quinta fábrica de grandes montadoras a aderir ao PPE. Além da unidade de São Bernardo da Volks, Ford e Mercedes-Benz aderiram ao plano em suas fábricas instaladas na mesma cidade.

Em ambos os casos, o plano prevê redução de 20% da jornada de trabalho e 10% dos salários recebidos pelos trabalhadores. A fabricante de máquinas agrícolas Caterpillar também aderiu ao programa em sua fábrica em Piracicaba (SP).

Paradas. Uma assembleia para explicar os detalhes do PPE aos trabalhadores de Taubaté estava prevista para esta quinta-feira (24). O encontro, contudo, foi suspenso pelo sindicato em razão das paradas de produção que a Volks vem adotando na fábrica desde a semana passada, por problemas com fornecedores.

Em razão da falta de peças, o sindicato afirma que a montadora dará folga aos trabalhadores do primeiro turno nesta quinta-feira, folga que poderá ser estendida para funcionários dos outros dois turnos.

Pelo mesmo motivo, a empresa já tinha dado "day-off" aos trabalhadores do segundo turno desta quarta-feira (23) na fábrica, onde produz o modelo Up! e o excedente do Gol e Voyage não fabricados em São Bernardo.

Antes disso, a montadora já tinha dado folga a operários de alguns turnos nas últimas sexta (18) e segunda-feira (21). A Volks confirmou as paradas por falta de peças dos últimos dias.